UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LUCIANA GOMES DA SILVA

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: REPRESENTAÇÕES E AÇÕES DOS AGENTES NA RECONSTRUÇÃO DE AREIA

CAMPINA GRANDE – PB
2011
LUCIANA GOMES DA SILVA

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: REPRESENTAÇÕES E AÇÕES DOS AGENTES NA RECONSTRUÇÃO DE AREIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Cabrera Medina

CAMPINA GRANDE – PB
2011

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

S586p Silva, Luciana Gomes da.

Patrimônio histórico e desenvolvimento turístico [manuscrito]: representações e ações dos agentes na reconstrução de Areia/ Luciana Gomes da Silva, 2011.

131 f. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Paraíba, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa, 2011.

"Orientação: Prof. Dr. Júlio César Cabrera Medina, Departamento de Humanas."

1. Desenvolvimento local. 2. Turismo na Paraíba. 3. Areia – Paraíba. I. Título.

21. ed. CDD 711.5

LUCIANA GOMES DA SILVA

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: REPRESENTAÇÕES E AÇÕES DOS AGENTES NA RECONSTRUÇÃO DE AREIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em: 19/ 12/ 2011

Prof. Dr. Júlio César Cabrera Medina
Orientador

Prof.ª Dr.ª Maria Dilma Simões Brasileiro
Examinadora

Prof.ª Dr.ª Cláudia Ribeiro Pfeiffer
Examinadora

DEDICATÓRIA

A meus irmãos, Everaldo, Lúcia e Eduardo; a meus sobrinhos, Gabriela, Eduardo, Emanuelle e Ricardo; a minha mãe, Antônia Gomes; e a meu avô, Vicente "Amâncio" (*in memoriam*), DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as oportunidades oferecidas e pela força para vencer as dificuldades encontradas.

A Vanderleia dos Santos, pelo companheirismo na coleta dos dados e presença nos momentos de descontração.

A Perla Joana Sousa Gondim, pelo auxílio oferecido no processo de confecção do trabalho.

A Edilene Félix, pela mediação que realizou nos momentos das entrevistas com os técnicos do IPHAN e da AMAR.

A Lúcia Giovanna Duarte, por possibilitar a aquisição documental referente à AMAR e ao Tombamento Nacional de Areia.

A Carla Gisele Medeiros S. Martins Moraes, por sua ação facilitadora frente aos representantes dos órgãos oficiais de preservação e pelas correções realizadas.

A Everaldo Gomes da Silva, pelas sugestões para uma melhor elaboração textual.

A Rosemere dos Santos Silva, pelo auxílio na elaboração das figuras.

A todos os entrevistados, que com acolhimento e presteza possibilitaram a aquisição de conhecimentos essenciais sobre suas representações e ações em torno do centro histórico areiense.

Aos funcionários dos museus “Casa de Pedro Américo” e “Museu da Rapadura”, pelo acesso facilitado aos registros de visitação.

Ao professor Júlio César Cabrera Medina, pelas orientações no decorrer dos trabalhos.

Aos meus colegas de turma, na pessoa de Bruno Dantas Muniz de Brito, pelo incentivo e apoio.

A todos os professores, pelas leituras sugeridas e explanações teóricas oferecidas.

Aos funcionários da Universidade Estadual da Paraíba, pelos vários serviços prestados.

“Cidade de beleza voluptuária, encarapitada num dos contrafortes da Borborema, conserva ainda a fisionomia altiva e bizarra com que ostentou no passado a exuberância de sua força criadora”.

(**Horácio de Almeida**, em *Brejo de Areia*)

RESUMO

O Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico de Areia foi tombado em nível nacional em 2006 e, atualmente, encontra-se submetido a um processo de reconstrução com base nas representações e ações que os diversos agentes sociais e institucionais realizam no território. O presente estudo analisou esse processo de reconstrução material e simbólica do patrimônio histórico, que tem gerado debates e ações acerca de sua conservação e revitalização, e sua relevância para o fomento de atividades turísticas voltadas para a promoção do desenvolvimento local. Os distintos agentes participam da reconstrução do lugar atribuindo ao centro histórico importância quanto ao fomento de atividades capazes de viabilizar o crescimento econômico, melhoria nas condições sociais dos habitantes do município e manutenção da identidade cultural local. A pesquisa teve caráter pluri-metodológico: de um lado, metodologia qualitativa com entrevistas estruturadas e semi-estruturadas direcionadas aos representantes da Associação dos Amigos de Areia (AMAR), aos empresários, aos representantes dos órgãos oficiais de preservação (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –IPHAN –, e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP), e às Secretarias de Administração e de Turismo de Areia. Por outro, uma metodologia quantitativa com levantamento de dados que atestam mudanças no índice populacional e nas formas de uso do espaço tombado. As dinâmicas estabelecidas entre estes agentes comprovam relações de cooperação e de conflito na busca pela conservação e revitalização do patrimônio edificado areiense.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Histórico, Turismo, Representações Sociais.

ABSTRACT

The Historic, urban and landscaping set of Areia was spot listed nationally in 2006, and today, it is going through a reconstruction process based on representations and actions done by social agents and institutions from all over the territory. This study analyzed the material and symbolic reconstruction of historical heritage sites that have generated debates and proceedings about it's conservation and revitalization and its significance for the fomentation of touristic activities with the aim of local development and promotion. The different agents participate of the sites reconstruction attributing to the historic center importance for the fomentation of activities capable of enabling the economic growth, improvement on the social condition of the habitants and the preservation of local cultural identity. The research was plural-methodological: on one side, qualitative methodology with structured and semi-structured interviews directed to the representatives of Friends Association of Areia (AMAR), entrepreneurs, representatives of official preservation organs (National Institute of Historical and Artistic Heritage – IPHAN - , and the Institute of Historical and Artistic Heritage of Paraiba – IPHAEP), and the Departments of Administrations and Tourism of Areia. On the other side, one quantitative methodology with researching of data that confirm changes on population behavior towards the use of spot listed sites. The established dynamics between these agents proved relationship of cooperation and conflicts searching to the conservation and revitalization of the built heritage of Areia.

Keywords: Historical Heritage, Tourism, Social Representatives.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Foto 1: Localização geográfica do município de Areia-PB ---------- 52

Foto 2: Registro fotográfico de edificação tombada pelo IPHAEP ---------- 54

Foto 3: Registro fotográfico de edificação histórica do sítio tombado ---------- 64

Foto 4: Registro fotográfico - Igreja Nossa Senhora do Rosário ---------- 66

Foto 5: Vista aérea do centro histórico de Areia ---------- 76

Foto 6: Edificação com fachada e interior modificados pela necessidade de uso comercial -- 77

Foto 7: Fachada e interior da edificação de Antônio Maia de Oliveira ---------- 89

Foto 8: Centro de Areia com destaque à edificação da família Perazzo ---------- 93

Foto 9: Pousadas abertas no centro urbano de Areia na última década ---------- 104

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização geográfica do município de Areia-PB ---------- 51
Mapa 2: Polígono de tombamento do IPHAEP (1979)---------- 63
Mapa 3: Polígono de tombamento estadual e federal---------- 72
Mapa 4: Divisão do Polígono de Tombamento do IPHAEP em três setores---------- 73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Uso das edificações do polígono de tombamento do IPHAEP ---------- 74
Tabela 2: Registro de visitação ao Museu "Casa Pedro Américo" de 2001 a 2010 ---------- 96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índice população de 1970 a 2010, com intervalos de 10 anos---------- 56
Gráfico 2: Número de estudantes da UFPB-CAMPUS II, 2000/2005/2010 ---------- 58
Gráfico 3: Número de estudantes de pós-graduação UFPB-CAMPUS II, 2000/2005/2010---58
Gráfico 4: Predominância de uso nas edificações do centro histórico areiense---------- 74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Globalização e construção material e simbólica do espaço ---------- 7
Figura 2: Representação do pensamento de Harvey, 2006---------- 20
Figura 3: Tipos de participação no processo de conservação patrimonial ---------- 23
Figura 4: Síntese dos objetivos dos principais planos de ação sobre o turismo no Brasil ----- 34
Figura 5: PAC-CH e agentes do desenvolvimento sócio-econômico ---------- 38
Figura 6: Relação entre as práticas e a construção do espaço turístico---------- 46
Figura 7: Relevância do núcleo tombado em Areia-PB ---------- 79
Figura 8: Territorialidades Plurais Suscitadas Pelo Patrimônio Edificado Areiense ---------- 98

LISTA DE SIGLAS

AMAR – Associação dos Amigos de Areia

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CAGEPA – Companhia de Água e Esgoto da Paraíba

DOU – Diário Oficial da União

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MINC – Ministério da Cultura

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

PAC – Programa de Aceleração Para o Crescimento

PAC-CH – Plano de Ação Para Cidades Históricas

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT – Programa Nacional de Regionalização do Turismo

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Agronomia

PPGZ – Programa de Pós-Graduação em Zootecnia

PPMSA – Programa de Pós-Graduação em Manejo de Solo e Água

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UNESCO – Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1
1. REFLEXÕES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO 7
1.1 Global e Local no Processo de Desenvolvimento ---------- 8
1.2 Desenvolvimento Local: Construção do Espaço Pelos Agentes Sociais e Institucionais ---------- 15
2.DINÂMICA SOCIAL E URBANA: CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO PATRIMONIAL 19
2. 1 A Revalorização do Patrimônio: Ações, Memória, Identidade e Agentes ---------- 19
2. 2. Patrimônio Histórico: Conservação, Revitalização e Política Patrimonial no Brasil -- 26
3. TURISMO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL 29
3. 1 Turismo, Cultura e Lazer ---------- 29
3. 2 Turismo cultural no Brasil ---------- 32
4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO 41
4.1 Conceitos Epistemológicos e Estrutura das Representações Sociais ---------- 42
4.2. Espaço Turístico e Territorialidades Plurais ---------- 44
5. REPRESENTAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO EM AREIA/PB 50
5.1. Aspectos Constitutivos do Município de Areia ---------- 50
5.2 A significância do Patrimônio Histórico Edificado ---------- 61
5.3. Processos de Tombamento do Centro Urbano ---------- 70
5.3.1 Tombamento Estadual de 1979 ---------- 70
5.3.2 Tombamento Federal de 2005/2006 ---------- 78
5.4. Discursos e Formas de Utilização do Território em Areia ---------- 81
5.5. Possibilidades e Iniciativas Para o Crescimento do Turismo ---------- 99
CONSIDERAÇÕES FINAIS 106
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA 111
ANEXOS 118

INTRODUÇÃO

O atual processo de globalização se caracteriza por importantes mudanças nas dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais, cujas influências são sentidas nas regiões e localidades. Entretanto, muitas têm sido as críticas tecidas a esse processo por se perceber que, ao mesmo tempo em que cria possibilidades de inserção, pode produzir a exclusão e heterogeneidade estrutural nos mais variados espectros nos quais se sente sua influência.

Novos olhares se voltam, então, para a questão do desenvolvimento, dando enfoque aos padrões de vida da sociedade, ensejando melhorias nos indicadores de bem estar, sejam estes econômicos ou sociais, que venham a garantir liberdades e inclusão de localidades e grupos sociais há muito deixados à margem. Uma das alternativas para o alcance desses objetivos está na promoção e utilização das capacidades locais como forma de sair da inércia e viabilizar melhores condições de vida para as comunidades. No desenvolvimento local (associado ao processo global, influenciando-o e sendo influenciado por ele), há a articulação entre o poder público, a sociedade organizada e as instituições privadas, todos vistos como agentes de um processo que pressupõe transformações.

Um dos elementos propulsores do desenvolvimento local é o patrimônio histórico cultural, por ser representativo de formas de vida cotidiana de determinadas comunidades, símbolo de uma identidade comum, sendo por isso defendida sua conservação. Além disso, o patrimônio é visto como um bem capaz de impulsionar a economia local quando apresenta peculiaridades que atraem os olhares, que instigam a busca pelo conhecimento e o lazer, gerando visitações. A utilização do cultural em termos econômicos tem como propulsor o recrudescimento da indústria do simbólico (CANCLINI, 2008) e a mercantilização da cultura (HARVEY, 2006). Assim, o global e o local mantêm uma relação de reciprocidade quanto ao desenvolvimento, não se limitando ao aspecto econômico, mas ao mesmo tempo, incluindo-o em sua dinâmica social, política e cultural.

Uma das estratégias de grande significância quanto à busca de valorização dos aspectos locais para a viabilização do crescimento, diz respeito às atividades turísticas. Com o crescimento do consumo simbólico, o turismo cultural recebe um forte impulso, constituindo-se um elemento de desenvolvimento quando é capaz de oferecer oportunidades aos empreendedores, geração de emprego e renda para os membros da comunidade, e melhorias na qualidade de vida para a população.

No Brasil, o segmento turístico se ramifica devido às suas variadas características, sendo o Turismo Cultural um dos mais expressivos. Esse tipo de atividade encontra respaldo na utilização de mecanismos que possibilitem a preservação dos bens materiais e de elementos simbólicos, sob a égide de políticas públicas. Dada à importância do Turismo Cultural, a cidade de Areia surge como representativa no Estado da Paraíba por possuir potencial histórico de relevância, cujo reconhecimento vem sendo sublinhado pelos programas federais de incentivo a ações conservacionistas e de fomento às atividades vinculadas ao turismo.

Areia está situada no Brejo Paraibano e é reconhecida pelo tombamento nacional de seu Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico, a partir de iniciativas do grupo AMAR, da Prefeitura Municipal e do IPHAN. O reconhecimento se deu com base na significância de sua história econômica pautada nos ciclos agrícolas, o que possibilitou construções arquitetônicas que remontam a prosperidade da região em tempos anteriores; e sua história cultural, por ser o berço de renomados pintores e escritores.

Areia foi a primeira cidade na Paraíba a ter seu sítio histórico reconhecido em nível nacional, num processo que se iniciou em 2005, com o IPHAN, e teve continuidade em 2006, quando o Ministério da Cultura legitimou o ato de tombamento com a "*Portaria nº 073, de 29 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 06 de setembro de 2006*"[1]. Esse fato viabilizou o ingresso de Areia em um dos planos variantes do Programa de Aceleração Para o Crescimento (PAC), cujo intuito é promover o desenvolvimento social e econômico das regiões e localidades. Assim, Areia foi incluída no Plano de Ação Para Cidades Históricas (PAC-CH), primeira cidade paraibana a receber visibilidade quanto a esse plano federal. O fato denota a importância da cidade interiorana e dos agentes sociais areienses que, num movimento integrado, conseguiram impulsionar o processo de tombamento de seu centro histórico.

Para assegurar a conservação do patrimônio, o IPHAN aprovou a Portaria de Regulamentação do Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Areia e Entorno[2], em

[1] Superintendência Regional do IPHAN/PB. CONJUNTO HISTÓRICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DA CIDADE DE AREIA – Patrimônio Nacional 20ª SR/IPHAN-PB: João Pessoa, 2007.

[2] São vários os documentos legislativos e normativos que legitimam as ações voltadas para a preservação patrimonial, a citar: Legislação Federal (Decreto-Lei nº 25, de 1937; Decreto-Lei nº 3.866, de 1941; Lei nº 9.605, de Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), Legislação Estadual (Lei 5.357, de 1991; Decreto nº 7.819, de 1978; Tombamento Estadual nº 8.312, de 1979 – DOE 06/12/79), e Legislação Municipal (Lei nº 453/1995; Lei Complementar nº 0683/2006).

2010. Esse documento estabelece os limites de intervenção no sítio tombado, determinando as normas de proteção frente às necessidades inerentes ao crescimento econômico. Segundo representantes do IPHAN[3], antes de Areia, apenas Ouro Preto (MG) estava sob a tutela de uma portaria de regulamentação dessa natureza.

Assim, tendo em vista a dinâmica global que promove a proliferação de atitudes sócio-econômicas e culturais em recortes territoriais menores, o estudo ora apresentado se volta para o caso específico de Areia-PB, cujos órgãos oficiais (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IPHAEP, Secretaria de Administração e Secretaria de Turismo da cidade), Associação dos Amigos de Areia (AMAR) e empresários (donos de edificações dentro do polígono de tombamento estadual e federal, cujo uso se volta para as necessidades empresariais), participam da promoção do local, seja buscando alternativas para sair da inércia, seja se conformando às regras estabelecidas pelo capitalismo.

O objetivo proposto é analisar a dinâmica dos agentes locais na reconstrução material e simbólica do Patrimônio Histórico areiense, e sua relevância para o fomento de atividades turísticas voltadas para a promoção do desenvolvimento local. Quais são as representações territoriais dos distintos agentes que participam da reconstrução de Areia? De que forma o Patrimônio histórico cultural auxilia no crescimento de práticas turísticas? Como são construídas as relações dos distintos agentes envolvidos na reconstrução de Areia? Os discursos e ações dos agentes institucionais e sociais são analisados sob as premissas oferecidas por CANCLINI (1994), que divide os grupos envolvidos na dinâmica local em tradicionalistas, monumentalistas, mercantilistas e participacionistas, de acordo com suas representações sobre o patrimônio.

A caracterização da pesquisa será marcada pela pluralidade metodológica (BRASILEIRO, 2005), apropriada por permitir conhecer as representações (discursos, leis, normas e documentos) e as ações (atividades realizadas, investimentos públicos, evolução do número de estabelecimentos) desprendidas pelos agentes. Dessa forma, a análise qualitativa encontra respaldo nos pressupostos quantitativos que serão apresentados com relação ao número de visitantes, o índice populacional, a quantidade de edificações presentes no centro histórico de Areia, entre outros levantamentos que viabilizam o entendimento das representações e ações desprendidas sobre o espaço citadino.

[3] Afirmativa feita por um dos técnicos do IPHAN em uma audiência pública realizada em Areia, no ano de 2010.

A utilização das duas formas de apresentação de dados é defendida, entre outros autores, por MEDINA (2005, p.117), quando afirma que: "*nada impide que se puedan simultanear diferentes técnicas de investigación, aprovechando de cada uma de ellas su perspectiva específica que le subyace, al tiempo que evitan los sesgos particulares de las mismas*." O trabalho ora proposto segue essa linha de pensamento, buscando compatibilizar o quantitativo e o qualitativo como vertentes metodológicas que se complementam.

Os discursos desprendidos por cada grupo quanto ao patrimônio histórico cultural areiense são entendidos aqui como uma combinação entre textos lingüísticos e as orientações sociais (FAIRCLOUGH, 2001). Portanto, a análise dos discursos possibilita compreender a relação entre as representações e as práticas sociais. O método empregado parte do embasamento epistemológico e da observação empírica, sendo ambos os movimentos necessários para a reflexão realizada. Segundo JODELET (2001), quando se estuda as representações sociais há a necessidade de se levar em consideração que elas surgem como forma de conhecimento prático direcionado para o entendimento do mundo e para a comunicação. Além disso, as representações sociais também possibilitam as "*construções com caráter expressivo, elaborações de sujeitos sociais sobre objetos socialmente valorizados*" (SPINK, 1995). Essas são as duas premissas que direcionam e endossam o escopo do trabalho.

Como instrumentos da pesquisa, foram realizadas entrevistas estruturadas e semi-estruturadas com os representantes das três categorias de agentes; utilização de documentação indireta, ou seja, pesquisa bibliográfica; verificação de documentos referentes ao processo de tombamento, iniciativas de conservação e planos de ação (Plano de Ação Para Cidades Históricas 2010/2013 – Areia/PB, Processo de Tombamento Nacional nº 1498-T-02, Portaria de Regulamentação do Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Areia e Entorno - 2010, Decreto do Governo do Estado da Paraíba nº 8.312 Referente ao Tombamento Estadual-1979); visitação ao polígono de tombamento e observação dos principais imóveis tombados.

As entrevistas viabilizam conhecer as representações que cada grupo constrói com relação ao patrimônio histórico, e como o turismo é entendido; as análises dos documentos possibilitam o conhecimento das representações construídas; e as visitações permitem a aquisição de informações necessárias ao entendimento das ações desprendidas pelos agentes sobre o espaço.

A abordagem está sistematizada em cinco capítulos, partindo de uma abordagem mais ampla – com referências ao processo de Globalização –, perpassando aspectos relevantes quanto ao fomento do turismo cultural, apresentação de programas federais de apoio a iniciativas turísticas e de conservação patrimonial no Brasil, e estudos específicos referentes à cidade de Areia.

O primeiro capítulo – Reflexões Sobre Globalização e Localização – tem por finalidade analisar as formas de participação dos agentes da sociedade civil e institucional frente às práticas que buscam o desenvolvimento do lugar. Analisa-se a existência de um contramovimento dos agentes sociais na tentativa de viabilização do local como meio de se proteger das contradições e conflitos gerados pelo movimento da economia global.

No segundo capítulo – Dinâmica Social e Urbana: Conservação e Revitalização Patrimonial – há a preocupação em se precisar os parâmetros de uma cidade histórica, e como é trabalhada a necessidade de conservação do Patrimônio. As bases para a construção desse capítulo estão pautadas nas abordagens discursivas que se formam em torno do patrimônio: a) de um lado, os discursos que sugerem a sua conservação como garantia de permanência de elementos identitários de determinadas comunidades; b) de outro, os que defendem sua revitalização pela necessidade de crescimento nos setores sociais e econômicos. Acrescenta-se a essas abordagens, um diagnóstico sobre a política patrimonial brasileira, apontando seus principais desafios, avanços e efeitos em âmbito nacional.

O terceiro capítulo – Turismo Cultural e Desenvolvimento Local – trata sobre a organização do espaço com base no adensamento de atividades de cunho turístico, sendo traçado um paralelo que associa essas atividades à cultura e ao lazer. Direcionando o olhar para a realidade nacional, a abordagem segue fazendo referência às decisões governamentais brasileiras sobre a vertente denominada “Turismo Cultural”, apresentando os principais programas das últimas décadas que mostram a relevância do turismo como atividade capaz de possibilitar o crescimento econômico e a integração social.

A abordagem do quarto capítulo faz referência às Representações Sociais e Construção do Espaço Turístico. As primeiras considerações têm por objetivo conceituar epistemologicamente o termo “representações sociais”, e estudar a relação dos diferentes grupos frente aos objetos que os envolvem. Busca-se também o entendimento das múltiplas formas de se construir o espaço, inclusive a partir da promoção do turismo, levando em consideração os anseios e necessidades dos diferentes agentes.

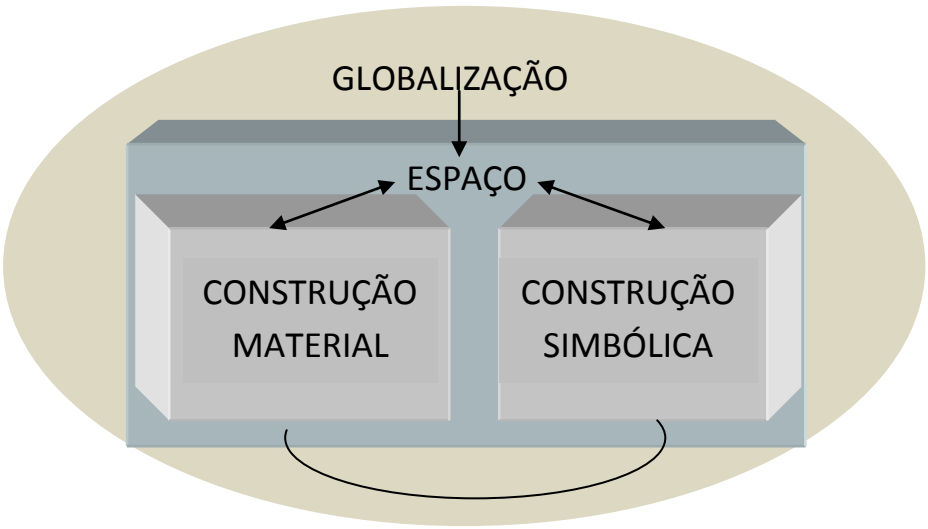
E, por fim, o quinto capítulo se volta para o estudo específico: Representação e Reconstrução do Espaço em Areia. O enfoque central das abordagens desse momento faz referência às representações sociais dos órgãos oficiais, associação e grupo de empresários de Areia frente ao Patrimônio histórico cultural edificado da cidade. É feita uma análise sobre as construções discursivas em torno do sítio tombado e as ações que os agentes desprendem quanto à sua utilização para a promoção do desenvolvimento local a partir do turismo.

1. REFLEXÕES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Nas últimas décadas a humanidade foi capaz de criar mecanismos de integração que ultrapassam as barreiras dos Estados-nação em vários elementos constitutivos. É a globalização, que abrange aspectos diversos e complexos, numa esfera que direciona as estruturas organizacionais e os padrões locacionais. Ela fixa os insumos de produção, as expectativas de consumo e a demanda do comércio e dos serviços, com base no adensamento de prerrogativas essenciais para sua dominação, como o avanço da ciência e os aprimoramentos tecnológicos. A globalização se constitui em um fenômeno que tem suas bases nas iniciativas de cooperação e competição que incidem nas autonomias monetárias, ultrapassando fronteiras nacionais.

É nessa conjuntura que se vislumbra as diferentes dimensões escalares e sua importância nos planos econômico e social, assim também como nas representações e ações dos agentes numa nova elaboração espacial. Para LEFEBVRE (1991), o espaço é o resultado da capacidade dos agentes sociais em relacionar a construção e a compreensão da história à sua própria existência. E nesse processo, a Globalização transforma a dinâmica econômica, social e cultural, atribuindo novos valores e significados às construções materiais, dando origem a uma produção simbólica do espaço (BAUMAN, 2002).

Figura 1: Globalização e construção material e simbólica do espaço



Fonte: baseado em BAUMAN, 2002

A globalização pode ser sentida nas relações sociais que são estabelecidas, encontrando-se impregnada à vida cotidiana, gerando significâncias para os espaços, produzindo neles dinâmicas de representação coletiva que passam a ser validadas ou questionadas pelos membros de determinadas comunidades. O espaço se constrói dentro de determinadas estruturas dominantes, que no momento atual são marcadamente globais (SANTOS, 2008). É dentro desse espaço que são construídas as representações sociais e os elementos materiais que, em uma relação associativa, geram laços identitários entre os membros da sociedade. Assim, para se compreender a construção dos espaços sociais, é necessário o entendimento prévio do fenômeno denominado globalização.

1.1 Global e Local no Processo de Desenvolvimento

A globalização divide opiniões e possibilita a criação de teorias que buscam entender e explicar suas matrizes, implicações e metamorfoses. Muitos estudiosos seguem as premissas positivas sobre o capitalismo presentes nas idéias de Adam Smith, associando-o à prosperidade e progresso, uma vez que se encontra atrelado ao avanço tecnológico, às facilidades de comunicação e ao desenvolvimento de um mercado sem limites territoriais. Por outro lado, existem aqueles que, a exemplo de RIVERO (2002), criticam as práticas capitalistas pautadas no processo global, afirmando que a elas se deve o aumento da desigualdade social, o alto número de desempregos, a fome, e a instabilidade da economia mundial. Dentro dessas práticas, há também novos entendimentos sobre as culturas e sua utilização.

O entrelaçamento gerado pelo movimento global não se restringe, portanto, às questões econômicas, perpassando outros espectros. Sendo assim, a globalização é entendida como um vetor de entrecruzamento de culturas variadas, um fenômeno que permite a interrelação de grupos distintos, com modos de vida, estilos artísticos e manifestações próprias. O contato dos grupos sociais das mais diversas localidades com novas formas de ser e fazer permite o conhecimento do outro e gera transformações nos espaços, produzindo uma circulação simbólica e valorativa das manifestações heterogêneas.

Nesse processo de reconstrução do espaço material e simbólico, há a participação do Estado, elaborando estratégias que definem o que deve ser conservado e o que pode ser

revitalizado, intervindo nas decisões e iniciativas das localidades. Entretanto, essa responsabilidade, de acordo com as prerrogativas capitalistas globais, passa a ser dividida com instituições privadas quando estas vislumbram a possibilidade de obtenção de lucro mediante a utilização desses elementos tradicionais. Ainda que suas funções sofram influência do sistema global, o Estado desempenha importante papel quando em se tratando de questões culturais. Segundo HALL (2006), as culturas têm passado por três movimentos distintos ao mesmo tempo: desintegração, reforço pela resistência, e mutação (hibridação). De acordo com o autor, os Estados-Nação modernos podem ser entendidos como "híbridos culturais":

> O efeito geral desses processos globais tem sido o de enfraquecer ou solapar formas nacionais de identidade cultural. Eles argumentam que existem evidências de um afrouxamento de fortes identificações com a cultura nacional, e um reforçamento de outros laços e lealdades culturais, acima e abaixo do nível do Estado-Nação. (HALL, 2006, p.73)

Essa conjuntura faz com que haja a articulação e promoção de uma nova dialética de identidades, sendo o global e o local postos no centro dos desdobramentos. Para HALL (2006), a globalização não apenas contesta como também desloca as identidades culturais centradas e consolidadas em territórios fixos, criando os insumos para uma análise plural quanto ao entendimento das questões culturais: por um lado há um movimento que busca resgatar os símbolos tradicionais que geram uma identidade nacional; por outro, percebe-se certa abertura e aceitação às influências que os desdobramentos históricos, das representações e das diferenças lançam sobre as culturas, independente de nacionalidade. É com base nesses movimentos diferenciados que o processo de hibridação ocorre, unindo perspectivas culturais globais e locais.

É importante ressaltar que não é apenas com relação ao gerenciamento dos aspectos culturais que o Estado-nação tem uma nova postura. Ele passa a adotar uma conduta diferenciada frente à economia global como uma saída para se manter inserido em um contexto que foge de seu controle e determinação. A nova ordem econômica tem diretrizes estabelecidas pelas multinacionais e pelas instituições financeiras, e o Estado-nação passa a ser o regulador de sua própria desregulação, sendo pressionado a criar normativas que diminuam seu poder de decisão e que permitam uma maior liberdade de atuação às empresas gerenciadoras do modelo econômico global liberalista. Segundo ANDERSON (1995), assiste-se hoje à desconstrução do Estado em suas diversas atribuições, como financiador,

fiscalizador e regulador. É em nome desse modelo que privatizações e liberalizações ocorrem, sob a égide da promoção da liberdade, da garantia de prosperidade, do fomento à realização e a salvaguarda da democracia.

Para RIVERO (2002), a consciência da limitação dos Estados-nação frente aos anseios das transnacionais é mais forte nos países considerados "em desenvolvimento". Impondo suas exigências, essas empresas conseguem redução nas tarifas de seus produtos, entre tantos outros benefícios, mas não conseguem oferecer uma saída para a falta de empregos, para a melhoria nas condições de vida da população, nem possibilitam o avanço tecnológico nessas regiões.

> A globalização do mercado financeiro é um dos fenômenos transnacionais que atravessaram com maior força a soberania do Estado-nação, fazendo com que este perdesse o controle da sua própria moeda e de suas políticas fiscais. Hoje, o sistema financeiro internacional assemelha-se a um grande cassino. Especula-se todos os dias com bilhões em divisas dos cinco Estados mais ricos do mundo, sem que isto possa ser controlado. (RIVERO, 2002, p.35)

Apesar da limitação que lhe é imposta, longe de se tornar obsoleto frente à nova realidade do mundo globalizado, o Estado-nação é um importante legitimador das práticas capitalistas, uma vez que é ele o responsável pelos grandes benefícios conseguidos pelas transnacionais, tornando-se indispensável ao sistema vigente. Ainda assim, os agentes da mudança no jogo de equilíbrio não são os tradicionais membros da aristocracia estatal, e sim as empresas transnacionais "*que começam a dominar o mundo atravessando todas as soberanias nacionais com mercadorias, serviços, capitais, tecnologia, telecomunicações, cartões de crédito e padrões de consumo*." (RIVERO, 2002, p.54) Ante o cenário internacional, os Estados adquirem novas funções. Eles não controlam questões relacionadas com os fluxos de capital e mercadorias, mas podem trabalhar no sentido de compreender as novas condições, e determinar políticas que garantam sua adaptação e participação.

Como afirma SANTOS (2008):

> O fato de ser o único intermediário possível entre o modo de produção em escala internacional e a sociedade nacional, renova o papel do Estado no período atual. Cabe-lhe decidir a abertura para a entrada das inovações, dos capitais e dos homens e assim ele se torna responsável pelas conseqüências de sua cumplicidade ou de sua resistência em relação aos interesses do sistema capitalista mundial. (SANTOS, 2008, p. 223)

O processo de globalização ultrapassa os limites estabelecidos e as barreiras antes consolidadas pelas soberanias nacionais, posto que ele se caracteriza pela possibilidade de transformar a organização espacial na qual se dão as relações sociais, comerciais e culturais. Não há como os Estados-nação se isolarem, uma vez que o mundo está cada vez mais a mercê das forças tecnológicas, econômicas e comunicacionais que, ao agirem em uma dada região, fazem com que outras sintam seus efeitos, gerando profundas consequências na vida de indivíduos que aparentemente nada tinham a ver com as ações desprendidas.

A amplidão e intensidade da globalização criam uma rede de relações na qual os fenômenos distantes interferem diretamente nos processos internos de outros países, como acontecimentos locais vêm a gerar impactos no âmbito global. Essa constatação leva à necessidade de se refletir a questão não mais sobre os olofotes da territorialização. Torna-se imprescindível determinar a geografia a partir da transnacionalização. O espaço mudou, e sua nova configuração não se baseia nas fronteiras, ou nas questões de distanciamentos, ou ainda no mapeamento dos territórios. A lógica territorial não é suficiente para abarcar a realidade que se assiste proliferar, embora tenha assegurada sua importância por se encontrar presente em vários pontos da vida em sociedade. Os fenômenos não ocorrem em uma esfera específica, fixa. A geografia dos processos globais deve ser entendida na territorialidade, mas também para além dela.

A transnacionalização influencia também o campo simbólico, tornando necessária a discussão sobre o desenvolvimento cultural na modernidade, cujo movimento gera "*as articulações entre o nacional e o estrangeiro*" (CANCLINI, 2008, p.311). Por um lado, a cultura é utilizada como um sistema de significados capaz de produzir coesão nacional mediante costumes e manifestações consideradas próprias e, portanto, identitárias por sua relação com um território específico. Ao mesmo tempo, essa cultura é vista como multicultural pela pluralidade de interações que a produz, num cruzamento constante de tradições e sentidos. Sob um terceiro enfoque, a cultura também passa a ocupar um lugar de destaque no mundo globalizado capitalista e transnacional, quando seu caráter simbólico passa a ser gerido como um bem passível de negociação, já que se insere na lógica produtiva de mercantilização dos elementos simbólicos.

Segundo CANCLINI (2008), o processo de internacionalização do mercado artístico está associado ao movimento de transnacionalização que marca o momento atual, a partir do qual as realizações culturais estabelecem um vínculo de subordinação em relação às leis

globais. Ou seja, as manifestações artísticas estão envolvidas em determinantes que as tornam, muitas vezes, dependentes do mercado e da indústria cultural. Assim, a cultura deixa as fronteiras territoriais específicas e passa a ser associada a um espaço amplo, sem limitantes, possuindo importância valorativa também dentro do aspecto econômico.

O entendimento sobre a cultura dentro do contexto da territorialização e transnacionalização suscita abordagens complementares, embora diferentes, a exemplo do pensamento de Wallerstein[4] e Boaventura Sousa Santos. Enquanto para o primeiro autor o termo cultura remete essencialmente à definição de fronteiras, para o segundo o mesmo termo faz oposição à uniformidade, uma vez que os processos de difusão e imposição de culturas uniformes têm sido confrontados por vários processos de resistência em todo o mundo, inclusive dentro das localidades. (SANTOS, 2001)

Por sua vez, FEATHERSTONE (1999) chega à seguinte conclusão acerca de uma cultura global:

> (...) podemos destacar processos de integração cultural e de desintegração cultural que se realizam não apenas a nível interestadual, mas também para processos que transcendem a unidade da sociedade estatal e que, portanto, podemos afirmar que ocorrem a nível transnacional ou trans-social (FEATHERSTONE, 1999, p.07).

Tratando a questão sob um viés economicista mais amplo, pode-se afirmar que a territorialidade e a transnacionalização são o cerne da lógica capitalista, que defende a idéia de um modelo de desenvolvimento que deveria ser alcançado por todas as nações. O discurso defendia a necessidade de crescimento em atividades voltadas à industrialização, e atribuía a fome, a miséria, entre outros problemas de ordem social à falta de iniciativa voltada para este fim. A solução era óbvia: empreender nos países, principalmente os "menos desenvolvidos", práticas de fomento ao processo industrial que retirassem esses países da imaturidade econômica. Uma prática que passou a ser criticada quando se constatou sua preocupação na elevação de índices econômicos sem que houvesse, de fato, a promoção da melhoria de vida.

Evidenciada a ineficiência e inviabilidade da execução de um plano de desenvolvimento único, foram sendo criadas novas saídas, das quais uma das mais expressivas diz respeito à otimização das potencialidades locais de dadas regiões. "*Nesse cenário, o poder local (...), vê suas atribuições e responsabilidades alteradas, exigindo que se*

[4] WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo, Boitempo Editoral, 2007.

posicione como agente do desenvolvimento" (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p.21). Com as condições da sociedade global, os agentes inseridos nos territórios específicos adquirem novas funções que os levam a criar estratégias que garantam sua inserção no processo de desenvolvimento.

Dentro do contexto, há a importância da cultura para a economia se analisados alguns pontos em que se pode sentir sua influência: (1) quando se torna um dos principais elementos de promoção de atividades turísticas, sendo vista como atrativo para visitantes interessados em patrimônios culturais diversificados; (2) quando fomenta os vínculos de coesão entre os agentes econômicos, promovendo a inclusão social e estimulando o trabalho cooperativo. Assim, a cultura é vista como um determinante para o desenvolvimento local quando vai além de suas funções tradicionais e passa a integrar outra esfera na qual, além de remeter a valores identitários que devam ser conservados, passa a integrar novas políticas que visam apoio e capacitação profissional de membros da comunidade, incentivo à produção de bens e serviços culturais, e estímulo à integração entre empresas privadas, associações e órgãos governamentais.

O surgimento do desenvolvimento local traz consigo divergentes posições entre os teóricos. Alguns, a citar BECKER (2008), vêm o movimento como sendo uma nova maneira do capitalismo se fazer presente, instigando a competição entre entidades mais compactas. Segundo este primeiro grupo de estudiosos, a ideologia neoliberal é uma das responsáveis pelo fomento do local. Para outros, como CORIOLANO (2003), os investimentos e a maior autonomia dos lugares se apresentam como uma saída legítima aos ditames do sistema capitalista globalizado, uma vez que viabiliza a otimização de uma economia local e facilita a participação de seus agentes no processo de construção material e simbólica.

Alguns especialistas afirmam que a visibilidade dada ao local é graças ao interesse neoliberal, que vê nessa prática a possibilidade de continuar ditando as regras do jogo, pois "*ao defender a descentralização, defende também a importância do mercado, a redução do papel do Estado como provedor de demandas sociais e a competitividade entre os locais.*" (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p. 22) Reiterando a afirmativa, BECKER (2008) sugere que a regionalização e localização são providenciais ao sistema capitalista, uma vez que seu discurso sobre o desenvolvimento baseado na produção de bens de consumo e de serviços como única saída para a ascensão econômica dos países passou a ser questionado. Sob esse

ponto de vista, o capitalismo se reveste de uma nova abordagem para continuar a se promover.

> (...) chega ao fim a era dos grandes modelos de desenvolvimento (...) ao mesmo tempo, essa tendência tem um outro lado: cria a necessidade, ou melhor, abre a possibilidade para o surgimento de novas e diversas utopias. Dessa forma, geram-se as condições concretas para a coexistência de múltiplos modelos de desenvolvimento. (BECKER, 1995, p.03)

Além dos interesses neoliberais, associa-se esse desenvolvimento à incapacidade do Estado de gerir as necessidades da sociedade no campo educacional, de saúde, moradia, entre outros. Esse fato faz com que aumentem as responsabilidades da sociedade civil, imbuída de iniciativas que antes deveriam ser questões do Estado. É no calor desse momento que os cidadãos se engajam em movimentos ou grupos visando a resolução de problemas concernentes à sua existência, a exemplo das associações, organizações, movimentos e conselhos com as mais diversas finalidades.

> Têm-se o movimento da liberalização econômica, o desenvolvimento do sistema financeiro, a mundialização do capital, por um lado, e a impotência dos Estados Nacionais ante a atuação mundial capitalista, por outro, formando o contexto do desenvolvimento econômico atual. (DALLABRIDA; AGOSTINI, 2009, p.22)

Não basta ser capaz de produzir ou apresentar algo que possa ser explorado economicamente, tem que haver a capacidade de inserir o produto no mercado consumidor globalizado. HARVEY (2006) afirma que a mercantilização das localidades é tida como meio de inserção nos processos globais. Esse fato é visto como uma reação dos agentes das localidades, que se organizando, dando significados aos elementos territoriais e reconstruindo o espaço, formam novos processos de identificação. Sendo assim, para alguns especialistas, fica clara a influência do sistema mundial capitalista dentro das decisões locais.

Seguindo uma vertente discursiva diferente, ZAPATA (2001), ao apresentar suas abordagens sobre o desenvolvimento local, o caracteriza como uma opção viável às imposições de um mercado capitalista que visa apenas o lucro, sem uma preocupação verdadeira em promover qualidade de vida para a população. ZAPATA (2001) tem sua oratória analisada por ULTRAMARI e DUARTE (2009), que chegam à seguinte conclusão:

> "o desenvolvimento local é uma forma de desenvolvimento preocupada com o homem e suas necessidades sociais, antes que com o mercado e suas necessidades de lucro. Há, pois, na idéia de desenvolvimento local, o compromisso moral de focar seus interesses no homem. Ao mesmo tempo em que o nível do local garante a flexibilização de regras para o mercado melhor atuar, também influencia na formação de novas molduras socioeconômicas, buscando sustentabilidades diversas e construindo uma cidadania mais participativa." (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p.03)

Mesmo que as abordagens de determinados especialistas apresentem divergências, não se pode negar a influência da dimensão global no espaço local, além de se perceber a importância do Estado para um melhor resultado quanto ao fomento do desenvolvimento local, posto que as melhores oportunidades de crescimento econômico e social se dão quando há a participação dessa entidade governamental como parceiro, potencializando recursos, favorecendo as ações e possibilitando incrementos técnicos. Um dos principais desafios dos lugares é encontrar saídas que os possibilitem acompanhar os movimentos globais, gerando mecanismos e instrumentos de participação. É nessa construção contínua e cotidiana que os variados grupos sociais são chamados a atuar, sejam associações, grupos de empresários ou órgãos oficiais.

1.2 Desenvolvimento Local: Construção do Espaço Pelos Agentes Sociais e Institucionais

As abordagens envolvendo o desenvolvimento passaram por reformulações constantes nos últimos anos, e no final do século XX se percebeu a necessidade de tratar os temas que integram o segmento da economia aliados às questões sociais. Esse fato resultou da crítica ao discurso capitalista, que conduz a economia com base na produção e no consumo como garantia de melhorias para as sociedades. Assim, novas tentativas de crescimento surgiram, algumas com base nas peculiares das localidades, que deveriam ser levadas em consideração tomando como base as necessidades da população, seus anseios, e as características específicas que constituem o território.

O desenvolvimento local se apresenta de uma forma mais ampla, relacionando dados econômicos com melhorias na qualidade de vida dos cidadãos. Para tanto, os diversos agentes são chamados a atuar, sejam estes representantes da sociedade civil ou das instituições

públicas e privadas, cada grupo com contribuição indispensável quanto à promoção da localidade. Mas, segundo BECKER (2008), a lógica capitalista, ao se tornar mundial, influencia as medidas tomadas nos lugares, determinando as prerrogativas para sua valorização, o que leva os cidadãos a procurarem alternativas para que haja a significância do seu espaço para atrair o capital.

Esse processo acarreta a competitividade entre as regiões, com diferenciação entre os agentes. Ou seja, em alguns casos se constata certa resignação dos grupos sociais aos ditames econômicos pré-estabelecidos pela lógica do capital, o que denota fragilidade em criarem um mecanismo capaz de assegurar êxito em seus empreendimentos. Por outro lado, é possível verificar que a capacidade organizacional de alguns agentes é capaz de fomentar o crescimento da localidade a partir da resolução das contradições e dos conflitos, sendo possível atender interesses locais, sem enclausurá-los frente à implantação do sistema capitalista. Em outras palavras:

> (...) a reprodução social (cultural) e ambiental (natural) de cada região (local), utilizada adequadamente pelos agentes regionais, faz com que o desenvolvimento local consiga inserir-se diferenciada, específica e autonomamente no desenvolvimento global. (DALLABRIDA; AGOSTINI, 2009, p.22)

A afirmativa mostra que nem todos os agentes de promoção do crescimento estão condicionados às normas pré-estabelecidas pelo capital monopolista. BECKER (2008) apresenta a linha de pensamento do teórico Dunford, compartilhando o pressuposto de que haverá maior êxito na qualidade do desenvolvimento local quando este se encontrar planejado sob aspectos de organização social, e com menor regulação do mercado. Os melhores resultados obtidos nesse processo são constatados quando os agentes envolvidos, sejam instituições, empresas privadas ou a população, permitem o afloramento da interatividade, fato capaz de tornar viável as diferentes dinâmicas.

> Hipoteticamente (...) as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional dependem de uma crescente organização social das comunidades regionais. E uma crescente organização social equivale, diretamente, a um melhor envolvimento político nas decisões e definições dos rumos do desenvolvimento regional. Da mesma forma, uma melhor participação política leva, conseqüentemente, a um maior desenvolvimento econômico das comunidades regionais. (BECKER, 2008, p.41)

HARVEY (2006, p.222) expõe que "*os atores sociais podem aumentar seu fluxo de renda por muito tempo, em virtude do controle exclusivo sobre algum item, direta ou indiretamente, comercializável, que é, em alguns aspectos, crucial, único e irreplicável*". Os agentes, sejam eles sociais ou institucionais, buscam garantir os atributos do local a partir da promoção de inovações. A diferença está no fato de que, enquanto um grupo se enquadra nos modelos desejados pelo capitalismo, outros buscam uma maior autonomia sem ficar às margens da realidade mundial em que estão inseridos. "*Este último caso é o que provoca os múltiplos modelos de desenvolvimento dos locais em contraposição e complementando o desenvolvimento global*" (DALLABRIDA; AGOSTINI, 2009, p.25). Os autores fazem referência ao local como sendo um lugar em que acontece a identificação dos grupos sociais, e a interação para a promoção da qualidade de vida. E, para que haja sua efetivação, os diversos agentes são chamados a atuar, tanto no núcleo da comunidade, como também consolidando relações externas.

Dentro dessa busca pela interação entre os agentes sociais e institucionais para que haja o desenvolvimento local, é que a dimensão cultural surge como uma alternativa, uma vez que a ela são atribuídas virtudes irreplicáveis e comercializáveis. Embora associada inicialmente à uniformização (enquanto símbolo de identificação dos grupos sociais de dadas sociedades), a cultura passa a possuir também outra noção, ou seja, seu caráter diversificado é valorizado, dando aos locais onde elas são produzidas uma visibilidade marcada pelos interesses econômicos. Isso se deve às articulações que os contextos locais mantêm com as formulações globais capitalistas do espaço, por meio das quais as construções simbólicas dos lugares, em parte, são influenciadas por tendências globais.

Embora sejam sentidas as influências globais, as culturas locais estão cada vez mais guarnecidas, revisitadas e revestidas de valores de socialização, inclusive com relação ao outro. E é o turismo um canal de aproximação e de fortalecimento dessas culturas locais, tornando-as acessíveis a quem está fora, além de se apresentar como uma saída viável ao desenvolvimento sócio-econômico que se pretende nos lugares. Essa atividade se torna promissora quando, entre vários pontos, se instiga a busca pelo conhecimento e pelo lazer, e os espaços estão preparados para receber o visitante, oferecendo-lhe, além dos atrativos culturais, boa estrutura física e receptiva.

Nesse sentido, o cultural, que recebe expressiva representação com o patrimônio histórico edificado, passa a ser visto como um ponto de inserção do local na dinâmica global.

Isso porque os elementos culturais trazem em si especificidades históricas que se solidificaram, e que impressionam pela importância simbólica que têm para os que os herdaram. Mas esses bens tradicionais "*não passam para populações mudas e passivas em cuja tábula rasa se inscrevem*" (SMITH, 1999). Atualmente, são desenvolvidas inflexões sobre a questão do patrimônio cultural, já que se assiste a certa integração simultânea entre o político e o econômico quanto ao seu gerenciamento. Não basta conservá-lo meramente por ser representativo de uma nação, por ser emblemático da criação plural de determinados grupos sociais. Há de se unir a tudo isso, sua importância frente às elaborações contemporâneas no que concerne, entre outros pontos, à economia, a fim de encaminhar soluções quanto à problemática que envolve a conservação e revitalização dos recursos simbólicos.

2. DINÂMICA SOCIAL E URBANA: CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO PATRIMONIAL

A globalização cria no cotidiano das pessoas perspectivas de vidas baseadas no conhecimento do "outro", uma vez que é tido como responsável pela comunicação facilitada, pelo deslocamento dos indivíduos, pelos contatos culturais, assim também como pela integração econômica. Esse processo, apesar de ser abrangente e buscar a homogeneização dos gostos e movimentos, tem na outra face, a controvérsia estampada: a valorização do local como espaço em que afloram experiências de vida diferenciadas e manifestações culturais diversificadas. É dentro dessa realidade que se assiste proliferar discussões acerca da necessidade de conservação e revitalização dos patrimônios históricos edificados no Brasil. São debatidos o uso, o tratamento e a significância que esses elementos despertam, não apenas pelas instâncias governamentais federais, estaduais e municipais, como também por grupos e entidades representativas da sociedade civil e de empresários.

Neste capítulo, a preocupação é discutir a evolução histórica do conceito de patrimônio, sua importância na dinâmica de crescimento das cidades, e os aspectos mais significativos no debate que envolve as questões de conservação e revitalização. Também serão apresentadas as iniciativas governamentais referentes à questão patrimonial no Brasil, os desafios enfrentados e a eficácia dessas ações.

2. 1 A Revalorização do Patrimônio: Ações, Memória, Identidade e Agentes

Antes do século XVIII a noção de patrimônio se encontrava associada a bens de família, herança individual ou de um grupo específico. A partir desse marco temporal nasce a preocupação em se definir o termo levando em consideração a idéia de algo pertencente a uma comunidade, uma nação. Essa ampliação de seu significado é a que denota o surgimento da mentalidade moderna, com sua forma de analisar a história e entender a cidade.

Recentemente, o próprio conceito de patrimônio histórico passou a integrar o de patrimônio cultural, posto que a definição de cultura abarca um conjunto de ações e construções sociais, como momentos históricos, criações urbanísticas, a experiência vivida, linguagens, conhecimentos, utilização dos espaços físicos, entre outros. Dessa forma, a resignificância do termo patrimônio cultural lhe atribui também um caráter simbólico, uma

vez que vai além do material, da monumentalidade, para incorporar também a simbologia, a subjetividade, as práticas cotidianas de um povo. "*Passa-se a valorizar não somente os vestígios de um passado distante, mas também a contemporaneidade, os processos, a produção*." (SANTOS, 2001, p.44)

Uma das principais justificativas, quando da conservação de aspectos culturais, é a necessidade e o direito de um povo à memória, imprescindível à vinculação das sucessivas gerações no decorrer dos tempos (CHOU, 2006). É graças a ela que a população se percebe dentro de um processo produzido por homens e mulheres que experimentaram estilos de vida, construindo assim, a história da localidade. A importância do patrimônio é legítima, portanto, por apresentar remanescentes materiais e imateriais que servem como meio de conhecimento do passado. Além disso, a ele é atribuída a capacidade de gerar nos indivíduos o sentimento de pertença a um espaço. Segundo PAOLI (1992):

> A noção de "patrimônio histórico" deveria evocar (as) dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser preservados porque são coletivamente significativas em sua diversidade. (PAOLI, 1992, p.27)

O patrimônio edificado também desponta como um dos principais expoentes organizacionais da dinâmica de crescimento das cidades, uma vez que a "*indústria do conhecimento e do patrimônio, a produção cultural, a arquitetura de grife e o cultivo de juízos estéticos distintivos se tornaram poderosos elementos constitutivos da política do empreendedorismo urbano, em muitos lugares*." (HARVEY, 2006, p.235)

Figura 2: Representação do pensamento de Harvey, 2006

Fonte: baseado em HARVEY, 2006.

A abordagem é reiterada por SANTOS (2001) quando afirma que as políticas urbanas e territoriais devem ser orientadas pela elaboração de inventários locais que apresentem os significativos patrimônios, sejam eles de ordem histórica, cultural, paisagística ou de outra natureza, que sugiram a cidade como um "*tecido vivo*", um "*organismo histórico em desenvolvimento*" (SANTOS, 2001, p.45), no qual relações sociais se constroem cotidianamente.

Em torno da produção cultural, seja ela material ou simbólica, difunde-se a crença de que, mesmo tendo preço e compradores, se encontra em destaque, uma vez que é pensada como algo de valor superior por externar a capacidade de criação dos seres humanos. Inclusive, as especificidades é que têm maior significância quanto à promoção dos lugares dentro da perspectiva mercadológica apregoada pela indústria cultural, "*exatamente porque as alegações de singularidade e autenticidade podem ser melhor articuladas enquanto alegações culturais distintas e irreplicáveis.*" (HARVEY, 2006, p.227)

Tomando como base as afirmações feitas sobre o entrelaçamento do local com o global e as premissas que sugerem o patrimônio como uma mercadoria (mesmo que distinta), percebe-se o jogo capitalista de promoção de produtos que podem gerar renda. Portanto, que o patrimônio histórico cultural vem passando por uma crescente valorização nos últimos tempos, seguindo uma tendência mundial, principalmente em se tratando do tombamento de núcleos urbanos com representações arquitetônicas de épocas passadas e de significância para os povos.

As mudanças atuais – como crescimento urbano, o aumento da industrialização, massificação da cultura, intervenções transnacionais nos bens simbólicos e representações materiais, as integrações econômicas – são consideradas uma ameaça à existência dos patrimônios históricos culturais, uma vez que os "artificializa" em favor do lucro. Porém, há de se levar em conta que essas condições nas quais os bens históricos estão inseridos são o reflexo de uma realidade calcada nos interesses capitalistas, e que cabe aos agentes sociais uma tomada de decisão frente ao que lhes é apresentado. Entra em questão, pois, a atuação dos grupos sociais, institucionais ou privados quanto à apropriação dos bens históricos. É essa participação social ativa (ou a não participação) que determina (também) os usos do patrimônio e os propósitos de conservação, mesmo na era da indústria cultural. Mas, não se pode esquecer que o Estado é de extrema relevância, tornando-se ele um dos principais agentes quanto à valorização dos aspectos culturais de um povo, mesmo apresentando certa

ambivalência quanto às suas pretensões com o uso do patrimônio. Ou seja, se por um lado, ao promovê-lo:

> valoriza-o como elemento integrador da nacionalidade (...), por outro lado tendeu a converter (as) realidades locais em abstrações político-culturais, em símbolos de uma identidade nacional em que se diluem as particularidades e os conflitos. (CANCLINI, 1994, p.101)

O mesmo autor faz referência também ao fato de que o Estado não é apenas um governo, que as decisões atribuídas à entidade têm a interferência, tanto dos movimentos sociais, quanto das iniciativas de instituições privadas, apesar das limitações por ele apresentadas. Segundo CANCLINI (1994, p.103), "*as novas interações entre capital, Estado e sociedade estão mudando a problemática patrimonial (...) que extrapolou a alçada dos responsáveis por essas tarefas, os profissionais da conservação e o Estado*."

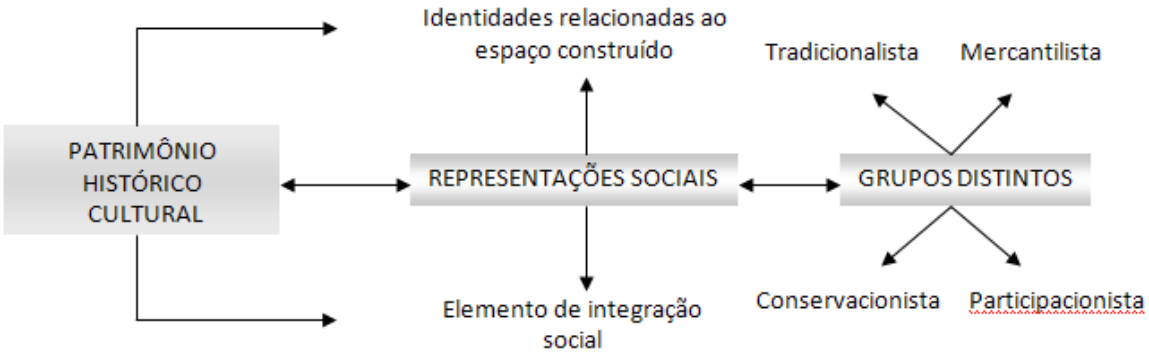
Com relação à indústria patrimonial, pode-se afirmar que sua ascensão se deve tanto à restrição das ações do Estado-nação quanto à utilização dos bens culturais pelas empresas privadas. É a partir dos interesses capitalistas que o espaço urbano tem suas estruturas modificadas e reconstruídas. E dentro dessa perspectiva, o patrimônio histórico, antes visto como um entrave para o avanço da modernidade, passa a receber revalorização por possibilitar às localidades o crescimento econômico.

O que se pode abstrair quanto às análises sobre o patrimônio, é que as identidades estão relacionadas aos espaços construídos, ligando os indivíduos ao local a partir de sua produção artística vinculada à vivência cotidiana da comunidade. Sob essa ótica, pode-se afirmar sua importância como um elemento de integração social. Sendo assim, urge a necessidade de se estabelecer uma discussão entre a conservação e a revitalização, já que para alguns agentes o importante é conservar, e para outros, revitalizar. Eis que dessa forma diversa surge o conflito material (a luta pela construção do espaço) e simbólico (a luta pela definição do espaço). Apregoa-se que o processo de conservação do patrimônio histórico deve ser assumido por todos, que não cabe apenas ao Estado a obrigação de manter os sítios tombados, casarões antigos, dentre outros. Mas para que a responsabilidade seja assumida também pela população, faz-se necessário considerar as várias dimensões que envolvem o patrimônio histórico, sejam elas construtivas, decorativas, identitárias ou utilitárias de caráter simbólico, social e cultural (NOVA, 2007).

Antes, pois, de abordar questões relacionadas ao tipo ideal de participação no processo

de conservação, é importante conhecer os modelos existentes. Para CANCLINI (1994), o motivo que envolve o conservar tem dimensões diversificadas. Sobre essa temática, o autor sugere a existência de quatro grupos de agentes distintos:

Figura 3: Tipos de participação no processo de conservação patrimonial



Fonte: baseado em CANCLINI, 1994.

Os tradicionalistas vêem o patrimônio sob um único viés: o valor histórico que ele traz em si, o que o torna excepcional por mostrar a condução social, cultural, política, econômica, militar e trabalhista de um grupo específico do passado que o produziu. Portanto, para estes, a importância de se conservar não se encontra na utilidade que tais bens possam ter no presente. O processo de conservação do patrimônio não está vinculado ao seu uso prático, cotidiano, mas sim ao valor "metafísico" que lhe é atribuído.

Os mercantilistas têm dois discursos: existem aqueles que vêem no patrimônio sua importância enquanto bem a ser comercializado, como uma mercadoria qualquer; e existem os que o concebem como um obstáculo ao progresso econômico e às necessidades de modernização para melhor competir no mercado e obter lucros. Para os que têm o primeiro discurso, os gastos com a conservação são legítimos se houver um retorno econômico, ou seja, se o patrimônio lhes propiciar dividendos no mercado imobiliário ou de lazer. As empresas privadas são os principais agentes nesse modelo paradigmático com estética exibicionista, cujo objetivo é adquirir rendimentos econômicos.

Já no grupo dos conservacionistas monumentalistas, o principal agente é o Estado, que usa o patrimônio com o objetivo de exaltar personagens ilustres consagrados pela história oficial, e mostrar a grandeza da nação de forma ufanista, sem que ele suscite as contradições sociais que por natureza expressam. Numa tentativa de associar sua imagem às heranças

monumentais de grande opulência e pomposidade, o Estado restaura prédios, casarões, monumentos e apropria-se deles "*como sede física de um organismo oficial*." (CANCLINI, 1994, p.104)

Por último, o grupo dos participacionistas, que tem como característica a perspectiva de democratização da cultura, por entender o patrimônio sob os vários ângulos que perpassam a vida social. Os objetivos de conservação defendidos pelos grupos anteriores não são abandonados, mas sim postos em concordância e subjugados às necessidades daqueles que fazem uso do patrimônio. CANCLINI faz a seguinte observação sobre os participacionistas:

> A seleção do que se preserva e a maneira de fazê-lo devem ser decididas através de um processo democrático em que os interessados intervenham, trazendo para o debate seus hábitos e opiniões. Este enfoque se caracteriza, deste modo, por incluir no patrimônio tanto os edifícios monumentais quanto a arquitetura habitacional, os grandes espaços cerimoniais ou públicos do passado e os parques e praças de hoje, os bens visíveis e os costumes e crenças. (CANCLINI, 1994, p.105)

Feita essa primeira abordagem sobre o patrimônio histórico e a forma de atuação dos agentes sociais, a análise segue pautada no processo de articulação entre as dimensões culturais, sociais e econômicas suscitadas pelos bens históricos dentro da lógica da conservação e revitalização. Antes, porém, é oportuno definir e diferenciar o conservar e o revitalizar, compreendendo o que envolve cada um dos termos e as decisões tomadas pelos grupos sociais e institucionais frente ao patrimônio edificado.

A conservação é uma das principais medidas utilizadas no que concerne aos bens culturais, sendo entendida como uma intervenção que busca manter em estado original as construções diversas vistas como relevantes para determinadas comunidades ou grupos sociais. Tenta-se, a partir dessa reação, amenizar a ação do tempo, prolongando a vida útil dos elementos diversos, cujo caráter é visto como insubstituível. Por seu lado, o termo revitalização remete à tomada de decisões na busca de reabilitar o patrimônio para atender a determinados anseios previamente pensados, principalmente no campo social e econômico. Sua postura também denota a preocupação com a manutenção dos bens culturais, mas que tem como propulsor a evolução urbana, por meio da qual o patrimônio edificado é visto como algo capaz de atender a determinadas necessidades de uso. É dentro dessa perspectiva que se associa a revitalização patrimonial às atividades turísticas.

Ao se conservar o patrimônio, resguarda-se a imagem da cidade, com sua história

revisitada e com a revitalização da memória dos que a constituem. Essa imagem deve ser pensada a partir da conjugação das permanências e mutabilidades que compõem a dinâmica socio-econômica e espacial, o que sugere certa complexidade pela multidimensão que se pode atribuir à malha urbana. A salvaguarda do patrimônio, enquanto processo multidimensional, associa-se à melhoria da qualidade de vida da comunidade a partir de iniciativas de dinamização dos espaços públicos, de prestação de serviços, de valorização dos elementos culturais e do impulso econômico. Essas práticas asseguram a participação da comunidade na manutenção dos bens históricos, principalmente quando a conservação dos elementos é associada às propostas de trabalho, a investimentos técnicos e científicos, com a melhoria da educação e da gestão pública.

Unir a necessidade de conservação do antigo e atender às exigências postas pela modernidade é um dos principais desafios enfrentados nas cidades patrimônios. A nuança de reabilitação e manutenção, principalmente das edificações – com o intuito de conter a degradação ou as modificações – não pode andar em desalinho ou na contra-mão da garantia de condições dignas de habitabilidade, de trabalho, de lazer ou de outros usos que os indivíduos fazem dos núcleos históricos no presente. Essa realidade desperta duas visões sobre a importância do patrimônio edificado: de um lado alguns agentes defendem sua conservação como forma de manter presente a memória, o significado identitário que norteia os grupos sociais pertencentes a dadas comunidades; outros querem revitalizar os espaços para satisfazer as necessidades de qualidade de vida da população, aferindo ao patrimônio a importância quanto à rentabilidade para os empresários locais, a geração de empregos e melhorias na infraestrutura da cidade

Por isso, destaca-se a importância de se conhecer e analisar as representações feitas pelos indivíduos que têm ligações diretas com o patrimônio, quais os significados que eles atribuem aos bens históricos, que perspectivas econômicas são suscitadas, e quais os valores simbólicos que são despertados. É a partir da ampliação do enfoque reflexivo sobre o patrimônio histórico que se chega à análise satisfatória das representações, discursos e ações que o envolvem.

2. 2. Patrimônio Histórico: Conservação, Revitalização e Política Patrimonial no Brasil

No Brasil existem vários desafios a serem vencidos quando se fala de patrimônio, sendo a conciliação entre as necessidades de conservação, de um lado, e o de revitalização de outro, um dos mais expressivos pontos suscitados quando se analisa os centros históricos dos espaços urbanos. Isso porque, apesar do avanço quanto à ampliação dos bens patrimoniais que devem ser conservados, durante décadas o Brasil negligenciou a necessidade da criação de políticas públicas mais preocupadas na identificação da sociedade com os bens patrimoniais que ela foi capaz de criar no transcorrer do tempo. Em alguns casos, como determinados grupos não se sentiam representados, e como tinham a necessidade de desenvolverem economicamente a localidade, houve a depredação dos elementos formadores do passado. Dessa feita, o Estado intervinha autoritariamente para garantir sua conservação, a partir de órgãos qualificados, embargando obras em andamento, abrindo processos judiciais, entre outras medidas.

Mesmo que se lograsse por uma política patrimonial satisfatória, bastava um rápido olhar e logo se percebia que, à revelia do discurso oficial que buscava homogeneizar o significado do patrimônio de forma a deixar que se entendesse que havia certa cumplicidade entre os grupos sociais, essa visão harmoniosa trazia equívocos quando buscava camuflar os sentidos de resistência contidos nas expressões culturais das quais o Brasil é dotado. Aliás, a tendência, em boa parte das vezes, ainda é tornar folclóricas as manifestações, deixando-as vazias de seus verdadeiros sentidos.

> Se é verdade que o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem que se o estude, também, como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos. (CANCLINI, 1994, p.97)

Não se quer no momento, afirmar que no passado a forma como o patrimônio era tratado estivesse envolta exclusivamente em erros, nem que a atualidade sugere que o Brasil possui uma política satisfatória. Muitas das ações referentes à valorização e salvaguarda do patrimônio material e simbólico na atualidade ainda merecem ressalvas e análises críticas. Mas não se pode negar que é perceptível mudanças estruturais na gestão pública do

patrimônio tombado, tanto no que concerne à jurisdição quanto ao processo de desenvolvimento da cidadania, com a ampliação do que deve ser visto como bem a ser conservado.

Nos últimos anos, assiste-se uma maior preocupação, não só das entidades governamentais federais brasileiras como também de associações de moradores, organizações não governamentais, grupos culturais, entre outros, em buscar a identificação das populações com seus bens históricos, partindo das localidades, valorizando a heterogeneidade, mesmo que para o Estado a formação de uma identidade nacional ainda seja a sua principal incumbência. Além de herdado, o patrimônio passa a ser reconstruído com base nas relações que ele próprio suscita nos distintos agentes envolvidos na construção material e simbólica.

A Constituição de 1988 assegura o direito dos cidadãos às fontes da cultura nacional, para o qual o Estado é chamado a atuar a partir de órgãos especializados, tendo como critérios de intervenção os inventários, registros, o ato de tombamento, a vigilância, entre outras ações legitimadas por vários artigos sobre o assunto. O texto constitucional de 1988 afirma ser obrigação do Estado, garantir os direitos culturais da população a partir de ações de incentivo à sua produção, ao acesso de todos às representações materiais e à salvaguarda, restauração e manutenção do patrimônio histórico cultural brasileiro (BRASIL, 2010, Art. 215).

Outra determinação presente na Constituição diz respeito às responsabilidades quanto à conservação do patrimônio brasileiro, atribuindo à população a incumbência de parceria com o Estado nesse aspecto quando afirma ser a comunidade uma importante colaboradora no processo de investigação, vigilância e proteção dos elementos tombados (BRASIL, 2010). Além de conclamar a União e a população brasileira à defesa e manutenção dos bens culturais, a Constituição de 1988 também chama outras instâncias do governo a atuarem, como os Estados e municípios, de acordo com os níveis de relevância dos centros históricos e de seu reconhecimento, que se afirmam a partir da avaliação de representantes da sociedade e de entidades públicas. Há uma descentralização quanto às responsabilidades de conservação do patrimônio no Brasil que, de acordo com as determinações constitucionais, dão às localidades a liberdade e responsabilidade de realizarem ações e intervenções quanto ao que acreditam ser importante conservar e restaurar.

É evidente que essa autonomia deve seguir a observância dos níveis do tombamento, posto que, se ele for um bem nacional, o município deve agir em concordância com órgãos federais de preservação; se o bem é tombado em nível estadual, o município e a federação

tentam caminhar em harmonia quanto às medidas cabíveis para a manutenção do patrimônio; e, sendo o elemento cultural tombado em nível municipal, cabe ao município sua sustentabilidade, com o apoio das demais entidades citadas, como se encontra na Constituição: ao município cabe "*promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual*." (BRASIL, 2010, Cap IV Art. 30, IX)

As análises apresentadas partem dos pressupostos enunciados pelos discursos, representações e ações feitas sobre os patrimônios edificados dentro do processo de conservação e revitalização, de utilização de suas instâncias para a promoção de elementos identitários e do desenvolvimento sócio-econômico. A atuação integrada de órgãos públicos municipais, estaduais e federais tem por intuito a preservação das construções materiais, cuja manutenção torna-se crucial para a continuidade dos valores que integram dadas comunidades. Por seu lado, a sociedade civil é chamada a atuar, sendo que suas necessidades de obtenção de melhorias econômicas e de qualidade de vida muitas vezes exigem a revitalização dos centros históricos.

Dentro dessa esfera complexa e heterogênea, o turismo passa a ser visto como alternativa para o desenvolvimento das localidades a partir da utilização dos recursos culturais que as constituem. É válida a discussão que sistematicamente se efetua sobre o processo de conservação e revitalização pelos diferentes agentes. O processo de revitalização é visto como um caminho de dinamização do turismo, capaz de sugerir aos espaços de manifestação cultural outro uso, tornando-os importantes pontos de lazer, de conhecimento e de socialização.

3. TURISMO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Um dos principais temas de discussão, quando se trata do desenvolvimento local e patrimônio cultural, é a crescente organização do espaço a partir do turismo, atribuindo-se a ele a possibilidade de geração de emprego e renda, de valorização e manutenção dos elementos históricos e arquitetônicos dos territórios, o crescimento de ações produtivas, além de dar visibilidade à cultura local e à melhor qualidade de vida para a população. Mas também é capaz de gerar efeitos negativos quando não é gerido de forma adequada e estruturada, enfraquecendo a cultura da região ou favorecendo a depredação do patrimônio edificado. O turismo é visto, portanto, como um conjunto amplo de relações, movimentos e estruturas, que viabilizam atividades práticas e construções subjetivas.

O capítulo que se segue tem por intuito apresentar a associação que passou a ser construída entre o turismo, a cultura e o lazer, além da dubiedade discursiva que gira em torno do turismo enquanto eixo articulador da economia local. Há também a preocupação de se apresentar as iniciativas brasileiras voltadas para esta atividade, os entraves e possibilidades quando da utilização dos elementos culturais para o crescimento de práticas econômicas e de integração social.

3. 1 Turismo, Cultura e Lazer

Embora a cultura do lazer e o turismo não se constituam algo recente, as variadas ciências sociais têm se debruçado sobre essas manifestações principalmente nas últimas décadas. Isso se explica pelo rápido crescimento do turismo na contemporaneidade, o que remete o especialista a tentar entender o contexto no qual está inserida a atividade, tendo em vista que tanto o lazer, como a cultura e o próprio turismo são construções sociais.

Segundo FUSTER:

> Turismo é, de um lado, um conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em conseqüência de suas viagens (...) é todo equipamento receptivo de hotéis, agência de viagens, transportes, espetáculos, guias (...). Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infra-estrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda (...). Também são os efeitos negativos ou

> positivos que os produzem nas populações receptoras. (FUSTER, 1973; apud BARRETO, 1997, p.11)

Não basta à localidade possuir atrativos para que seja vista como turística. É necessário que as visitações sejam capazes de gerar renda a partir da oferta de serviços paralelos, como disponibilidade de restaurantes, hotéis, pousadas, bares e casas de espetáculo. Esse planejamento integrado do turismo, juntamente com a política de desenvolvimento, faz suscitar elementos relevantes quanto à valorização do espaço geográfico. De acordo com YÁZIGI (2001), para ser considerada turística, a localidade tem que estar estruturada com base em três aspectos imprescindíveis: possuir um fluxo freqüente de turistas; oferecer aos que chegam condições para seu bem estar e comodidade, com equipamentos e serviços; e deve possuir atrativos.

Nessas práticas, o lugar atrai o consumidor, deslocando-o até si (LEITÃO, 2008). O visitante se envolve e se deixa influenciar pelos elementos que encontra, mas também leva consigo seus hábitos e estilo de vida, tornando recíprocas as transformações que ocorrem. Essa diferenciação de costumes e ambientes é o que o atrai para determinadas regiões, gerando um movimento temporário de visitação que o distancia de sua realidade cotidiana de habitar e trabalhar. Assim, entende-se que o turismo possibilita um processo de interação entre os grupos sociais envolvidos na sua dinâmica.

O crescente número de turistas no mundo vem a confirmar a existência de uma sociedade de consumo, com necessidades cada vez mais amplas, que não se satisfaz apenas com a aquisição de bens materiais, mas que busca o acesso ao lazer e ao conhecimento (MAMBERTI, 2004). E sendo assim, a produção turística tem se estruturado e equipado com bens e serviços, como infraestrutura, atividades recreativas, oferecendo acesso aos patrimônios históricos edificados que possuem valores simbólicos, para satisfazer os anseios e expectativas de quem chega. Embora a cultura passe a ter um valor diferenciado, para alguns especialistas ela não pode ser vista como uma oferta qualquer, pois envolve a subjetividade, a simbologia, a história. Por isso deve ser encarada como algo diferenciado.

> Na concepção descritiva, cultura é um conjunto de crenças, costumes, idéias e valores, bem como artefatos, objetos e instrumentos materiais, que são adquiridos pelos indivíduos. Na concepção simbólica, os fenômenos culturais são fenômenos simbólicos, e o estudo da cultura está essencialmente interessado na interpretação dos símbolos e da ação simbólica. Cultura é o padrão de significados de vários tipos, em virtude dos

> quais, os indivíduos comunicam-se entre si e partilham experiências, concepções e crenças. (TOMAZZONI, 2009, p.97)

O turismo pode ser entendido como um elemento de promoção da pluralidade, abrangendo as vertentes históricas e culturais que norteiam sua complexa teia. Assim, a territorialidade tem seu valor não apenas por sua importância enquanto suporte físico, onde se desenvolvem as atividades e experiências diversificadas, mas também pelas relações construídas pelos indivíduos, agentes capazes de deter técnicas produtivas, de trocar conhecimentos, e potencializar as oportunidades. Para BUARQUE (2002, p.25), o desenvolvimento local deve seguir as determinações da endogenia, com o fortalecimento do dinamismo econômico e o crescimento na melhoria da qualidade de vida da população "*em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos*". O crescimento endógeno, portanto, surge da participação da sociedade no contínuo planejamento de ocupação e ação no espaço, sendo ela beneficiada pelas distribuições dos resultados positivos. O local viabiliza estratégias de inovação no território com base na história dos grupos sociais e na mudança das expressões políticas, enquanto organismo em movimento, que sofre e causa influências capazes de gerar transformações sócio-econômicas.

Segundo PADILHA (2002, p.125), dentre as várias definições de lazer se encontra a que o coloca como sendo a utilização do tempo livre para a realização de atividades escolhidas livremente. E é a partir da utilização desse momento de liberdade que são desenvolvidas experiências de prazer com caráter renovador. Mas a forma como a sociedade atual utiliza o tempo livre também suscita outros tipos de leitura quanto ao lazer. Filmes, livros, shows são experimentados sem um verdadeiro envolvimento. Os meios de comunicação, quando utilizados como instrumentos capitalistas de persuasão, despertam o desejo de consumo e as pessoas, por modismo ou necessidade de auto-afirmação diante dos demais membros da sociedade, fingem um divertimento (ou até mesmo acreditam que isso ocorra) sem, de fato, conhecerem o prazer.

O lazer alienado torna as pessoas cada vez mais fragilizadas e a mercê do jogo capitalista do consumo sem sentido, o que gera, segundo LORENZ (1973, p.60), a neofilia[5], aspecto que afeta as relações que o homem venha a ter com o mundo que o cerca. Segundo o autor, longe de ser um problema que os capitalistas busquem resolver, o neofilismo

[5] Termo usado para designar o sentimento de amor exagerado pelo novo; a necessidade de possuir o que denota inovação.

corresponde às expectativas dos produtores econômicos, pois as pessoas que possuem essa característica buscam sempre novidades para consumir, o que favorece o lucro, princípio fundamental da indústria capitalista. A dubiedade discursiva pode ser encontrada em vários outros aspectos que envolvem a lógica capitalista. Negar a necessidade ou direito ao lazer por parte dos grupos sociais seria uma atitude leviana, da mesma maneira que não se pode ignorar sua utilização pela indústria para consagrar e promover práticas capitalistas, principalmente nas atividades que envolvem bens materiais das mais distintas culturas.

Em certa medida, à globalização deve-se a promoção do turismo, uma atividade vista como eixo articulador entre as necessidades do mercado e o vislumbre de aspectos identitários, que se configura como uma forma viável de suscitar e fazer conviver as diferenças culturais e, ao mesmo tempo, oferecer oportunidades de emprego, sugerindo uma melhoria nas condições econômicas e sociais dos grupos locais. Tendo em vista esses efeitos, os governos brasileiros – em seus três níveis de atuação – criam estratégias de fomento ao turismo, sugerindo o uso consciente dos recursos culturais como saída para alcançar o desenvolvimento das localidades.

3. 2 Turismo cultural no Brasil

O incremento de atividades turísticas no Brasil segue uma tendência mundial, que é a busca por soluções ágeis e criativas capazes de possibilitar o crescimento das regiões. Uma das estratégicas que o governo brasileiro vem desenvolvendo, juntamente com as entidades governamentais estaduais, municipais, empresas privadas e a sociedade, são as políticas culturais. Assim, dentre os vários segmentos turísticos que afloram no Brasil, tem destaque o que se utiliza da cultura. É o Turismo Cultural, que se forma mediante a motivação do visitante em conhecer certas peculiaridades de um povo. A cultura é percebida como um elemento de significância maior quando da busca por razões para viagens por possibilitar o conhecimento e o contato dos turistas com outras formas de ser, fazer e viver.

Segundo o Ministério do Turismo do Brasil:

> A opção pelo desenvolvimento turístico deve conciliar-se aos objetivos de manutenção do patrimônio, do uso cotidiano dos bens culturais e da valorização das identidades culturais locais. O uso turístico deve sempre atuar no sentido do fortalecimento das culturas. Assim, a atividade turística é

> incentivada como estratégia de preservação do patrimônio, em função da promoção de seu valor econômico. (BRASIL, 2007, p.09)

Buscando a valorização dos bens materiais e imateriais, o Ministério do Turismo, juntamente com outros órgãos, vem investindo em políticas públicas de apoio às atividades turísticas, objetivando a dinamização econômica e social das localidades que têm potencial e qualificação para o empreendimento. Essa dinamização parte do pressuposto da existência de atrativos diversos, a citar: centros históricos com edificações representativas, espaços culturais, mercados tradicionais de artesanato e de produtos típicos, exposições e apresentações artísticas.

A comunidade surge nos discursos proferidos pelos órgãos governamentais como imprescindível ao fomento dessa atividade, uma vez que é ela a detentora do sentido dos bens preservados, já que a cultura se encontra em sua vivência cotidiana. A forma de vida das comunidades brasileiras pode, então, ser vista como um dos principais elementos turísticos. Neste contexto, o discurso político sobre o turismo no Brasil tem como ênfase principal o estímulo ao desenvolvimento sustentável do local, uma vez que ao país se atribui vários recursos que podem ser utilizados como atrativos, gerando, ao mesmo tempo, a minimização das desigualdades sociais pelas oportunidades que suscita em sua cadeia produtiva.

Mas o que se evidencia é que, mesmo sendo inegável todo o potencial cultural brasileiro, o segmento turístico voltado para esse meio ainda não conseguiu lograr êxito quando analisada sua conjuntura discursiva que prima pela inclusão, participação, pertença e descentralização. No intuito de melhorar a condição brasileira, foram criados alguns programas pelo governo federal, como o PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo), de 1994; e o PNT (Programa Nacional de Regionalização do Turismo), criado em 2002. O governo federal buscou planejar suas atividades por meio de parcerias. É o que sugere o PNMT, cujo objetivo principal era:

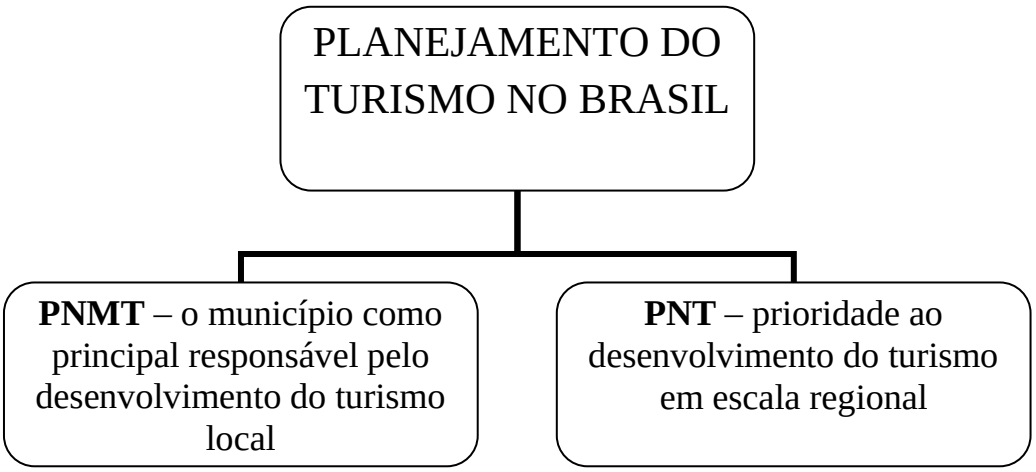
> (...) dotar os municípios brasileiros com potencial turístico de condições técnicas e organizacionais para promover o desenvolvimento da atividade turística e, principalmente, descentralizar as ações de planejamento através da transmissão de técnicas do planejamento turístico, de forma que esses pudessem elaborar seus próprios planos de desenvolvimento turístico. Este programa delegava aos outros setores da sociedade a responsabilidade sobre o seu sucesso ou fracasso, através do grau de comprometimento de seus parceiros engajados. (ENDRES, 2008, p. 84)

A tendência descentralizadora que o processo de globalização insurge, foi supostamente adotada nesse programa nacional a partir da criação dos comitês nos três níveis de governo, cabendo principalmente ao município a responsabilidade pelo êxito do turismo local. Essa delegação de poderes ao setor municipal leva a crer que existe certa autonomia. Mas na prática se caracteriza, também, por uma centralização do Estado, posto que é essa entidade que determina as condutas políticas que devem ser seguidas. Esse programa suscita aspectos de centralização, como também aspectos descentralizados, caracterizados pela formação de redes de atores.

> De um lado, as características centralizadoras são evidentes quando, ao mesmo tempo em que o Estado define seus parceiros como uma maneira de ampliar os recursos e descentralizar atividades entre outros setores sociais, retém para si a direção e o controle da implementação do programa, seja no nível federal, estadual ou municipal. (ENDRES, 2008, p.87)

Mesmo que as iniciativas políticas possuam aspectos que instigam as críticas, o fato é que se assiste uma maior tendência à atuação democrática, pois as redes que se formam integram os vários setores governamentais, abre espaço para que grupos outros (organizações, empresas, entidades sociais), façam parte do intercâmbio que se forma com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Mas, mesmo possuindo aspectos relevantes, o PNMT foi cedendo seu campo de atuação para outra iniciativa elaborada e propagada pelo governo federal.

Figura 4: Síntese dos objetivos dos principais planos de ação sobre o turismo no Brasil



Fonte: baseado em ENDRES, 2008.

Com a criação do PNT, o intuito é empreender políticas que priorizem a escala regional em detrimento da municipal. A consolidação desse programa se dá por meio de medidas diversas, como Conselhos, Fóruns e Consórcios. A mudança de plano se deu pela necessidade de se planejar o turismo de forma a atingir uma esfera territorial mais ampla. É como se o PNMT tivesse preparado o caminho para uma iniciativa mais ousada e com maior abrangência, que seria o PNT. Dessa feita, os investimentos voltados para o turismo ultrapassam as barreiras locais, agregando municípios para a fomentação do desenvolvimento regional.

Um dos pontos suscitados nesta abordagem é o que sugestiona que o Estado brasileiro segue modelos preestabelecidos por uma política internacional de gerenciamento de território nacional. As iniciativas de descentralização e centralização, ao mesmo tempo, mostram que o direcionamento seguido recebe orientações externas, como da OMT (Organização Mundial do Turismo) que, por sua vez, trilha os caminhos favoráveis ao sistema capitalista, que percebe o turismo como um elemento de reprodução de suas práticas. Assim, questiona-se a eficácia dos programas citados quando eles são desenvolvidos para atender regiões brasileiras levando em consideração movimentos e ações determinadas por órgãos que não pertencem, nem conhecem sua realidade, suas necessidades, anseios e possibilidades.

O Estado, por vezes, é visto como um organismo administrativo conformado com as normatizações do mercado que atende emergencialmente os interesses de grupos privados, deixando em segundo plano o que seu discurso apregoa, como o combate às desigualdades regionais e valorização do patrimônio cultural enquanto elemento de identidade nacional e fomentador do aspecto democrático-participativo. Essa crítica aos programas citados tem fundamentação nos próprios relatos oferecidos pelo Ministério do Turismo. Como afirma, uma das primeiras medidas para a implantação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo foi criar e propagar o Guia para Treinamento dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e Monitores Municipais. "*Este guia originou-se de uma adaptação do documento Desenvolvimento do Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais, da Organização Mundial do Turismo (OMT).*" (BRASIL, 2007, P.17)

> Ao lado dessa iniciativa, negociou-se com a Agência de Cooperação Alemã (GTZ) a utilização, com adaptações, da metodologia ZOPP, método de enfoque participativo que, por meio de oficinas de capacitação, propõe a construção coletiva do conhecimento a partir da realidade individual." (BRASIL, 2007, p.17)

O Ministério do Turismo, em seus enfoques sobre o PNMT, reconhece que o envolvimento dos agentes sociais locais apresentou fragilidades, e que a estrutura educacional ficou aquém das necessidades emanadas pelo movimento que se queria produzir. "*Tudo isso implicou a exacerbação das necessidades básicas, nos municípios e, em instância governamental, a falta de sustentabilidade técnica das experiências*." (BRASIL, 2007, p.20) Ainda assim, o Brasil ousou investir em ações capazes de dar maior significância às atividades turísticas, uma vez que criou programas que visam apoiar as regiões que têm potencial para investir no segmento em questão.

Outra ação que busca impulsionar o desenvolvimento econômico e social por meio do turismo é o programa MONUMENTA, criado em 1995 pelo MINC (Ministério da Cultura). A ação estratégica desprendida pelo programa tem como intuito possibilitar a conservação e revitalização do patrimônio histórico, contando com parceiros diversificados, indo desde o envolvimento de órgãos governamentais nos três níveis de administração, até a população das cidades tombadas, e instituições internacionais. Com o apoio da UNESCO (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas), o MONUMENTA busca garantir o equilíbrio entre a necessidade de uso do patrimônio e sua conservação, ensejando o crescimento econômico das cidades e a integração social mediante um processo de conscientização da importância dos recursos culturais.

> O MONUMENTA é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social (...). Sua proposta é agir de forma integrada, (...) promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. (...) O MONUMENTA procura garantir condições de sustentabilidade do patrimônio. Objetivo a ser alcançado com a geração de recursos para o equilíbrio financeiro das atividades desenvolvidas e que mantenham conservados os imóveis da área do projeto. Com isto, facilita a manutenção das características originais do bem, sem que sejam necessários futuros apostes de recursos públicos. Uma das estratégias para atingir essa meta é estabelecer novos usos para os imóveis e monumentos recuperados. (BRASIL, 2010)

O MINC afere ao turismo a capacidade de promover a cultura das localidades[6], uma vez que a cada dia cresce a importância do lazer e do conhecimento na esfera global. Partindo

[6] Festival de Artes de Areia – PB. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2009, p. 5.

dessa constatação, foi criado o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural, cujo objetivo é estimular e viabilizar práticas econômicas sustentáveis, ou seja, que façam uso consciente dos bens edificados, garantindo sua conservação. Os recursos financeiros são destinados às localidades mediante o comprometimento das prefeituras e estados que, como parceiros, têm atribuições que devem ser realizadas, como formação de equipes técnicas para conduzirem os trabalhos do MONUMENTA (BRASIL, 2005).

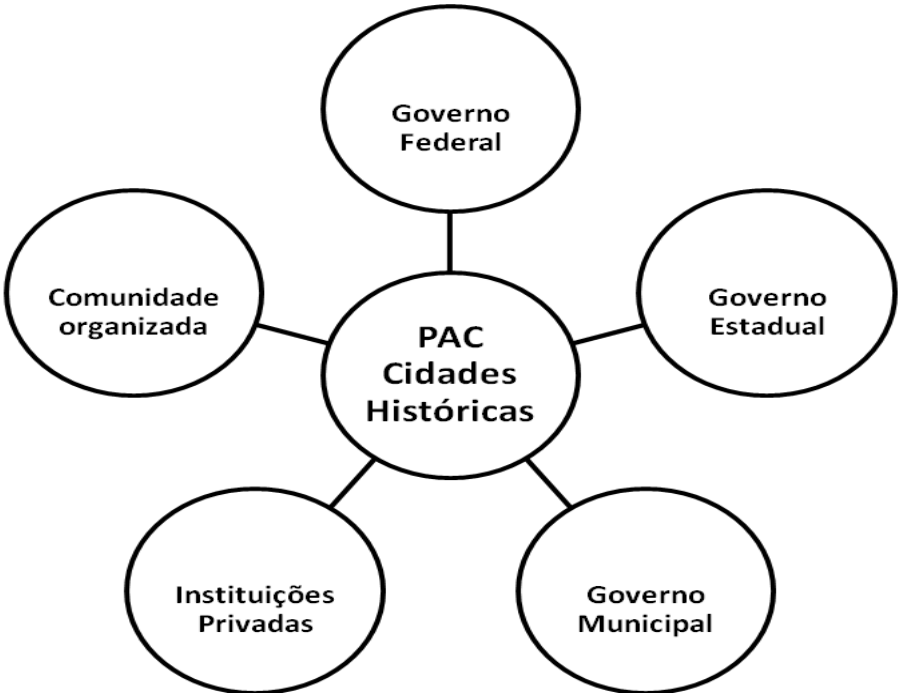
É importante frisar que o programa em questão tem como meta investir no processo de conscientização referente à necessidade de preservação dos elementos históricos, mostrando que é possível sua utilização sem ser necessária sua destruição. Que ao invés de serem tratados como entraves para o desenvolvimento da localidade, devem ser vistos como possibilidades de avanços sócio-econômicos. Após conseguirem alcançar essas metas, os governos e demais entidades envolvidas, esperam que a população seja capaz de caminhar sem o investimento de novos recursos (BRASIL, 2010).

O MONUMENTA, nos primeiros anos suas ações, priorizava centros históricos de maior destaque, como Olinda, Recife e Ouro Preto. É somente no ano de 2001 que sua área de intervenção se amplia e, em 2003 percebe-se uma maior preocupação em unir esse programa a outros de cunho nacional, cujo intuito é o desenvolvimento, numa ação conjunta entre o governo federal, estadual e municipal (DUARTE JÚNIOR, 2010). Atentando para a interligação ideológica existente entre o MONUMENTA e o IPHAN, esse órgão passa a assumir a coordenação do programa a partir da assinatura de um termo técnico envolvendo o MINC, o Ministério das Cidades e o Ministério do Ministério do Meio Ambiente. A Caixa Econômica Federal entra como parceira no processo de financiamento. Assim, uma das principais medidas das cidades é a criação de Planos Diretos que mostrem as necessidades de investimentos, documento usado para direcionar as ações desenvolvimentistas e a garantia de conservação patrimonial.

Ampliando os objetivos a serem alcançados dentro da lógica de valorização do patrimônio histórico e do desenvolvimento sócio-econômico, em 2009 o governo federal lança o Plano de Ação para as Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas). A implantação desse novo plano parte das iniciativas e resultados obtidos com o MONUMENTA, sob a coordenação do Ministério da Cultura e gerenciamento do IPHAN. Com o plano, são elaboradas as estratégias para o desenvolvimento local, com a requalificação urbanística dos centros tombados, investimentos na infra-estrutura urbana, empréstimos para recuperação de

imóveis históricos, e promoção do patrimônio cultural na incrementação do turismo. É mais uma medida que tem suas bases assentadas numa política intersetorial, cujas parcerias envolvem o MINC, o Ministério da Educação, o Ministério das Cidades, Ministério do Turismo, o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), a Caixa Econômica Federal, governos estaduais, governos municipais, comunidade e outras entidades (BRASIL, 2009).

Figura 5: PAC-CH e agentes do desenvolvimento sócio-econômico



Fonte: baseado no Plano de Ação – PAC Cidades Históricas/IPHAN, 2009.

Outro ponto que deve ser salientado quanto ao PAC Cidades Históricas é como o Estado se apresenta. É a entidade governamental que aparece como promotora do crescimento, elaborando planos estratégicos de ação, sugerindo e efetivando mudanças na infra-estrutura econômica e social, e avaliando os resultados propostos. Assiste-se, portanto, uma tomada de decisão do Estado brasileiro frente a um modelo econômico inibidor de sua capacidade de autonomia.

Mas é importante ressaltar que o Plano de Ação para as Cidades Históricas não dispensa a participação da sociedade civil, assim como as demais entidades já citadas que têm

interesse na efetivação dos objetivos que primam pelo crescimento das localidades. Uma de suas mais expressivas características é a integração entre os vários setores que atuam sobre o território, lembrando que suas metas não visam elaborações e intervenções apenas no perímetro tombado, mas sim na dinâmica urbana em sua totalidade. Embora um dos pré-requisitos para a participação dos municípios seja seu tombamento em nível federal, ou em processo de tombamento dessa natureza, ou que possua expressivo patrimônio cultural, o projeto sugere que os benefícios de infraestrutura que se pretende realizar são para a promoção da localidade, uma vez que os benefícios realizados nos sítios tombados auxiliam na incrementação citadina como um todo, dando margem para novas elaborações espaciais que viabilizem alternativas distintas para a condução econômica, valorização cultural e maior integração social (BRASIL, 2009).

Uma das atividades a que se atribui a capacidade de atender essas necessidades é o turismo, que no Brasil, segundo análises realizadas pela OMT, movimenta variados espaços de atuação a partir da criação de empresas de transporte, pontos de alojamento, estabelecimentos alimentícios, o que torna lícito afirmar seu efeito multiplicador. Mas, ao mesmo tempo, se levada em consideração a conjuntura internacional do turismo, a realidade brasileira não é tão cômoda. Mesmo seguindo as determinações da OMT, o Brasil é considerado pelo mesmo órgão, um país que tem um desempenho insatisfatório, uma vez que a receita gerada por meio da atividade é vista como baixa. Mas a perspectiva que se tem sobre desenvolvimento envolve muito mais do que números que sugiram maior ou menor rentabilidade. Ainda assim, quando analisadas as condições de vida, de inserção da sociedade civil em processos democráticos, e outros pontos relevantes já levantados que se busca alcançar com o turismo, a insatisfação também se faz presente.

Assiste-se, portanto, a iniciativas governamentais diversificadas que buscam dar destaque às atividades turísticas no Brasil mediante a utilização dos elementos culturais pertencentes às localidades e regiões, como é defendido pelo PNMT e o PNT. Num movimento convergente, outros planos de ação são criados ou reelaborados tendo por intuito a revitalização dos centros históricos, buscando viabilizar o desenvolvimento das localidades, como o MONUMENTA e o PAC Cidades Históricas. É válido sublinhar que esses programas são caracterizados por uma ação conjunta que envolve os três níveis de governo, além de entidades privadas e representantes da sociedade civil organizada. Essa formação heterogênea de agentes cria um ambiente múltiplo de interesses pautados nas representações sociais que

são formuladas sobre o espaço, que passa a ser concebido e gerido em meio a diferentes concepções e ações.

4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO

Partindo do pressuposto de que as culturas passam por um processo de desterritorialização, no qual se sente a forma incisiva de atuação das práticas globalizantes, os espaços, muitas vezes, são tomados por empreendimentos turísticos. São os atributos patrimoniais que tornam os lugares expressivos, tanto por sua importância enquanto transmissor de experiências vividas, como por seu potencial de natureza econômica e de integração social. Assim, os espaços são formulados mediante a representação social construída pelos diferentes agentes.

Para CHARTIER (2002, p.17), o cultural possibilita entender como determinadas realidades sociais são construídas, pensadas, dadas a ler. "*São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado*". Segundo o autor:

> As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p. 17)

São as representações que se constroem sobre os centros históricos que motivam as ações desprendidas e, consequentemente, os conflitos inerentes às convivências sociais marcadas pela heterogeneidade quanto às práticas de ocupação e de uso dos territórios. As representações sociais incidem sobre o espaço que, por sua vez, transforma as relações grupais e influencia o contexto vivido pelos agentes locais. Uma relação dialógica, pautada em construções históricas, formações ideológicas, contextos sociais, produção material, unindo objetividade e subjetividade numa mesma esfera.

O intuito, neste capítulo, é trabalhar o significado de representações sociais e como ele se constroi, partindo de sua conceituação, e passando pela importância da linguagem como forma de consolidação de suas prerrogativas no meio social. Há também a preocupação em se perceber o desenvolvimento das relações entre os distintos agentes que geram o espaço turístico, e o antagonismo que essas iniciativas fomentam, dando origem às territorialidades plurais.

4.1 Conceitos Epistemológicos e Estrutura das Representações Sociais

A criação do conceito Representação Social, segundo ALEXANDRE (2001), deve-se a Moscovici, que o formula sob a influência da *representação coletiva* de Durkheim, além de receber contribuições da *teoria da linguagem* de Saussure, da *teoria das representações infantis* desenvolvida por Piaget, e da *teoria do desenvolvimento cultural* de Vigotsky (LEÃO, 2009). Sua contribuição reside no fato de ter sido Moscovici o responsável pela criação de uma teoria que possibilita a interdisciplinaridade, preocupada em perceber as representações desenvolvidas pelos grupos humanos a partir de suas elaborações culturais, materiais e sociais.

MOSCOVICI (2004) define representação social como sendo:

> um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social. (MOSCOVICI, 2004, p.21)

O individual e o social, apesar de serem vistos como aspectos dicotômicos, se complementam dentro de um processo que é sentido, mesmo quando não palpável. Individual por serem as representações sociais constituídas pelas subjetividades de sujeitos ímpares, suas percepções e criações pessoais. Ao mesmo tempo é social, uma vez que sai da unicidade à coletividade a partir da similitude de diversos grupos aos símbolos ontológicos representativos e identitários. Essa construção de fenômenos abstratos que envolvem dadas sociedades não pode ser vista como algo inquestionável e imutável, posto que, mesmo tendo um "núcleo duro", está sujeita aos entendimentos e usos individuais que vêm a acrescentar, modificar e influenciar, tornando essa construção dinâmica, socialmente formulada e reformulada.

Segundo ALEXANDRE (2001),

> Na definição de Moscovici, a representação social refere-se ao posicionamento e localização da consciência subjetiva nos espaços sociais, com o sentido de constituir percepções por parte dos indivíduos. Nesse contexto, as representações de um objeto social passam por um processo de formação entendido como um encadeamento de fenômenos interativos, fruto

> dos processos sociais no cotidiano do mundo moderno. (ALEXANDRE, 2001, pp.111-112)

Nas representações, o diálogo se constitui em um elemento chave, a partir do qual são criados princípios e atribuídos valores a aspectos que fazem parte da construção social. É a partir dos insumos comunicacionais que os comportamentos ganham legitimidade e se propagam em determinados espaços. Para JODELET (2001), as representações sociais são firmadas e compartilhadas num processo de interação marcado por manifestações que constroem uma realidade comum. Aliás, a vida em sociedade é caracterizada por uma realidade compartilhada, mas que continuamente é repensada e reelaborada.

São as representações fruto das interpretações dos aspectos constitutivos da vida de dados grupos sociais, que passam a construir e assimilar valores, crenças, símbolos, que orientam condutas conjuntas e práticas cotidianas. Ou seja, o aspecto representacional guia as ações dos distintos grupos, ao mesmo tempo em que as construções práticas e os costumes das comunidades criam as crenças e os valores que orientam a convivência em sociedade. Sua metamorfose acontece, como afirma SÊGA (2000, p.132), seguindo o "*curso das variadas transformações que geram novos conteúdos*". Para o autor:

> Durante essas metamorfoses, as coisas não apenas se modificam, são também vistas de um ponto mais claro. As pessoas tornam-se receptivas a manifestações que anteriormente lhes haviam escapado. Todas as coisas que nos tocam no mundo à nossa volta são tanto o efeito de nossas representações como as causas dessas representações. (SÊGA, 2000, p.132)

Quando as análises sobre a criação dos signos identitários são realizadas, geralmente se expõe o seu poder de mediação, que gera relações de cooperação entre os membros de uma sociedade. Mas é importante ressaltar que esses signos muitas vezes se apóiam em construções distintas que atestam controvérsias e conflitos existentes nas relações intergrupais. É o que MOSCOVICI (2004) classifica como sendo Representações Sociais Polêmicas. Como o aspecto identitário perpassa a subjetividade dos indivíduos, o seu sentimento de pertença a um determinado grupo está condicionado à autocategorização, fomentado pela propagação de crenças, valores e normas de certas categorias sociais nas quais os sujeitos se reconhecem.

A sociedade, enquanto fenômeno heterogêneo e formada por grupos distintos, desenvolve sistemas de idéias e práticas de acordo com suas concepções sobre o mundo que a

cerca. Para SANTOS (1996, p.51), o espaço "*é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá*". São essas concepções que motivam os usos dos espaços de forma múltipla, com base nos comportamentos sociais, no tempo em que são produzidos e nos anseios e necessidades que passam a ser geridos. Assim surgem os conflitos, já que o espaço passa a ser visto como objeto de diversificadas interpretações e significâncias.

4.2. Espaço Turístico e Territorialidades Plurais

O espaço recebe significância mediante as relações que nele se formam e dos valores que são atribuídos às partes que lhe compõem. Para tanto, são levadas em consideração as necessidades de grupos sociais distintos, os mesmos que o constituem e que dele se utilizam. As relações que se estabelecem no espaço criam um sistema de redes, a partir da qual os agentes são chamados a atuar na construção de significados coletivos. Sendo assim, ele passa a ser o alicerce em cima do qual se constituem as determinações da vida social, e no qual são postos os modelos simbólicos para os objetos espaciais.

É no espaço, entendido como lugar que abarca as variadas dimensões de interação da vida em sociedade, que a linguagem age como mediadora entre as coisas em si e os significados que lhe são atribuídos. A subjetividade dos agentes que atuam sobre o espaço elabora as bases das experiências espaciais, nas quais as redes de conhecimento são elaboradas mediante a comunicação. Assim, as "*imagens do espaço projetam, em nível do censo comum, uma ordem simbólica do mundo*." (GIL FILHO, 2005, p.51) No espaço são firmados os pressupostos que dão legitimidade às organizações sociais e aos elementos constitutivos da vida em sociedade. Sob o julgo da linguagem, esses pressupostos passam a integrar um todo consensual e coletivo, no qual são elaboradas idéias de permanência em concomitância com o cotidiano inovador, fruto de épocas distintas, das quais o turismo se apresenta como forte expoente.

E é dessa atribuição de valores que o espaço turístico, com seus elementos culturais, passa a ocupar um lugar de destaque graças às produções mentais que se constroem acerca dele. São as representações sociais que ganham corpo mediante as necessidades funcionais e

materiais que os grupos têm, e que anseiam suprir. Esse entrelaçamento entre o espaço e as representações sociais é sentido no cotidiano, no ato da comunicação, na transparência dos sentimentos, nas ações que se desprendem, na assimilação de conhecimentos.

Parafraseando SÊGA:

> As representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem. O social intervém de várias formas: pelo contexto concreto no qual se situam grupos e pessoas, pela comunicação que se estabelece entre eles, pelo quadro de apreensão que fornece sua bagagem cultural, pelos códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas. Em outras palavras, a representação social é um conhecimento prático, que dá sentido aos eventos que nos são normais, forja as evidências da nossa realidade consensual e ajuda a construção social da nossa realidade. (SÊGA, 2000, p.128)

Não fugindo à regra, o turismo se encontra permeado de subjetividades, sentidas nas elaborações discursivas que se formam em torno dele e nas ações que se propagam. Nos vários estudos acerca do turismo cultural, o discurso em defesa da salvaguarda dos elementos identitários de um dado povo surge como um dos aspectos de maior relevância que legitima o ato de conservação, o que evidencia o caráter sentimental que se forma em torno desses elementos. E, sob o viés econômico, percebe-se a criação discursiva que prega a sua revitalização, cuja defesa se firma sobre as possibilidades de desenvolvimento que se pode alcançar mediante a utilização dos bens materiais para o fomento de atividades turísticas, discurso esse que sugere valores ao patrimônio, objetivando serem eles aceitos e incorporados pela sociedade.

Assim, pode-se afirmar que: "*as atitudes provocadas pelo turismo são parte de uma grande representação da forma pela qual as indústrias e os fenômenos sociais importantes são percebidos*". E que a "*lógica e os conteúdos das Representações Sociais envolvem comunicação, discussão e interação social*". (PEARCE; MOSCARDO, 2002, p.65) Os espaços turísticos são lugares nos quais as relações de trocas materiais e simbólicas são estabelecidas, compatibilizando valores, criando significados e desenvolvendo experiências variadas.

O espaço turístico está envolto por uma progressão fenomenológica que engloba aspectos diversos, sendo as relações econômicas e as práticas sociais uns dos mais

representativos. Numa relação imbricada, o turismo se alimenta do espaço, sendo o segundo visto como um produto. Mas essa relação não é unilateral, uma vez que o espaço também é capaz de ser produtor das relações sociais que nele se desenvolvem, fomentando a dinâmica dos lugares e os novos usos e significados atribuídos aos objetos que dele fazem parte.

Figura 6: Relação entre as práticas e a construção do espaço turístico

Fonte: baseado em PEARCE; MORGADO, 2002.

De acordo com as abordagens oferecidas por RODRIGUES (2006):

> (...) os atores sociais ao se apropriarem concreta ou abstratamente de porções do espaço, delimitam territorialidades, mesmo que seja através de representações. (...) Através da ação de produzir um valor, uma representação, um controle sobre o espaço, os homens erigem territórios que se articulam num campo relacional de poder. Assim, as territorialidades que daí resultam expressam a mediação entre os grupos humanos e entre a sociedade e o espaço. Em última análise, rompem com a dicotomia clássica entre sociedade-natureza. Desta perspectiva o território é visto pelo seu papel ativo, como agente de transformação social, assumindo a conotação de ator e não apenas como um receptáculo da ação. (RODRIGUES, 2006, p. 305)

A relação dinâmica entre o turismo e o espaço possibilita criações, valorizações e utilizações variadas dos lugares, "*de acordo com as demandas de quem o idealiza para permitir fluir suas necessidades*." (SANTOS, 1994, p.48). A atividade turística atribui significâncias ao espaço mediante a requalificação dos lugares e objetos neles encontrados,

exercendo influências sobre as demais atividades que se desenvolvem e transformando o modo de vida dos habitantes.

As mudanças realizadas nos espaços pelo turismo são expressivas no cotidiano dos grupos sociais, mesmo naqueles que não estão diretamente envolvidos em suas práticas. A população vê seus locais de uso comum serem ocupados por visitantes que transitam a procura de histórias, de aspectos culturais e de elementos diferenciados que lhes proporcionem lazer e conhecimento, imprimindo novas feições às territorialidades. É nesse universo de múltiplas funcionalidades que os mecanismos simbólicos são criados, havendo reciprocidade nas trocas de informações, estilos de vida e valores, que tanto podem gerar aceitação como também conflitos.

E assim, percebe-se que não são apenas as práticas, sejam elas sociais, econômicas, políticas e culturais que sofrem influência mediante o fomento do turismo. Há significativas conseqüências também no que concerne às representações sociais, uma vez que é graças a tal atividade que os imaginários distintos se misturam e criam territorialidades nas quais os agentes têm a capacidade de escolher e moldar quadros de vida, de acordo com suas percepções sobre o espaço. É desse protagonismo que surge o embate entre o ato de conservar e a busca pelas mudanças estruturais, ou revitalização. Pode-se, pois, afirmar que o espaço é o resultado de uma sequência de ações concretas e de criações subjetivas que se desprendem sobre ele, imbuindo nos lugares de convivências cotidianas significâncias específicas. Com base neste pressuposto, cabe lembrar a definição de lugar sugerida por CRUZ (2007), quando esta afirma ser ele (o lugar):

> (...) uma combinação específica de determinadas condições em que os sujeitos sociais, em diferentes escalas de atuação, contraditórias e complementares, efetivam sua existência através de um arranjo territorial único constituído a partir de um conjunto de eventos (...) visto, percebido e analisado mediante a vida acontecendo. (CRUZ, 2007, p.67)

A partir de reflexões sobre os significados atribuídos aos espaços, é possível constatações que deixem claro o porquê de determinados grupos defenderem as iniciativas turísticas em dadas localidades, e o porquê de outros grupos se oporem. Esse antagonismo de idéias, valores e necessidades dão origem às territorialidades plurais, e encontram explicação quando analisadas as construções imagéticas acerca do espaço. Um dos aspectos que levanta questionamentos sobre as atividades turísticas nas localidades é a forma desmedida que às

vezes floresce, sem que haja o respeito ao estilo de vida da população, e imposição de valores alheios à realidade dos lugares ocupados.

Na busca incessante e sem limites pelo lucro, por vezes as práticas capitalistas, terminam por não respeitar limites e avançam destruindo o que não lhes interessa. Tudo se torna uma mercadoria a mercê do sistema econômico vigente, cujo objetivo primordial é utilizar-se do turismo como meio de competir dentro do mercado globalizado cada vez mais intenso, exigente e excludente. Assim, em alguns casos percebe-se a artificialização dos espaços, tornando-os espetaculosos, mas sem possuir vínculos identitários com a população, e sem gerar os benefícios que certamente são esperados, como qualidade de vida, inclusão social e respeito à cultura local.

Sob uma ótica diferenciada, há iniciativas turísticas que se firmam exatamente nas construções materiais populares, históricas e tradicionais. Esses elementos que permeiam o espaço turístico vêm carregados de simbologias que, ao invés de serem destruídos, são explorados como atrativos. Às representações sociais que os moradores locais fazem sobre o espaço (segmentadas e heterogêneas), unem-se as que são oferecidas pelo visitante, tornando a relação ampla e distinta.

Uma das motivações que o turista tem ao escolher um roteiro de visitação é propiciada pela sua própria elaboração mental, que formula imagens muitas vezes fictícias sobre o destino escolhido. Desejando vivenciar experiências diferenciadas, que fujam às regras de seu cotidiano, o turista, em certos casos, chega a revestir o espaço visitado com características míticas e sem ligação concreta com a vida real. Esse sistema de significados particulares se mistura às várias outras simbologias que o espaço já possui para a população local, dando origem a uma rede de relações complexas – que envolve o indivíduo, os grupos, a sociedade, o espaço e o tempo – na qual as funções e significados atribuídos fomentam as territorialidades plurais, pautadas tanto nas relações concretas, como nas formulações abstratas.

Assim, o território é um organismo vivo e em ebulição, graças à ativa participação dos diversos agentes sociais que, ao se tornarem partícipes das transformações que ocorrem sobre o espaço e se deixarem influenciar pelos seus elementos formadores, criam uma dinâmica de concepção, apropriação e renovação multiescalar, que dá origem às distintas representações sociais que atribuem sentido aos lugares. É da formação dessa rede social que o espaço turístico se evidencia e se propaga, sendo apreendido e analisado como um processo que

suscita múltiplas visões e ações, que envolve distintos agentes, e que engloba simbolismos diferenciados que, num entrecruzamento constante, criam as multiterritorialidades.

De forma específica, cabe lembrar que os agentes da pesquisa que se realiza na cidade de Areia, envolvendo órgãos de preservação, secretaria de Turismo, Secretaria de Administração, grupos de empresários e associações locais, criam representações distintas sobre o espaço físico e social, gerando por vezes, relações de cooperação e de conflito. Um dos motivos para essas aproximações e distanciamentos entre um grupo e outro em dados momentos se deve, inclusive, às diferentes representações que são geradas quando analisada a questão do turismo, visto como elemento dinamizador do desenvolvimento, mas com ressalvas quanto às maneiras de utilização do patrimônio edificado para a sua efetivação. O espaço turístico em Areia, portanto, é representado de forma plural.

5. REPRESENTAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO EM AREIA/PB

Numa elaboração espacial constante, as localidades são reconstruídas a partir da interação entre as representações e ações dos distintos agentes que nela atuam. Esse círculo relacional pode ser percebido quando analisada a constituição do espaço em Areia/PB, cuja significância do patrimônio histórico tem gerado discursos em defesa de sua utilização para o fomento de atividades turísticas. O embate se dá quando os agentes enveredam por caminhos diferentes: para alguns, imprescindível é conservar, para outros, revitalizar.

Este capítulo tem como finalidade interpretar o lugar com respaldo em seus elementos constitutivos, como composição geográfica, índice populacional, histórico econômico e cultural, e edificações históricas, cuja importância gerou seu tombamento em nível estadual e federal, fato também pertinente à análise que se segue. Posteriormente, o objetivo é perceber os discursos e ações dos agentes sociais, sejam eles órgãos oficiais de preservação, empresários locais, ou a Associação dos Amigos de Areia, frente ao patrimônio do centro histórico, e as possibilidades e iniciativas para o crescimento do turismo cultural como meio de desenvolvimento econômico e social. Dentro da abordagem que trata sobre a utilização dos elementos históricos para a viabilização de atividades turísticas estão inseridas as formas de representações suscitadas pelo patrimônio, cuja significância motiva as ideologias que sugerem o conservar e o revitalizar.

5.1. Aspectos Constitutivos do Município de Areia

A cidade de Areia se encontra inserida no cenário nacional pelo tombamento de seu núcleo urbano. Pequena cidade da microrregião do brejo paraibano, seus limites territoriais são com os municípios de Arara, Serraria, Remígio, Pilões, Alagoinha, Alagoa Nova e Alagoa Grande. Além dessa comunicação com vários municípios da região, fica próxima aos dois principais pólos econômicos da Paraíba, uma vez que se localiza a 122 km de João Pessoa e a 45 km de Campina Grande (CAVALCANTI Filho; CAJU, 2005). O município de Areia tem por área 269 km^2 (MORAES, 2008).

Mapa 1: Localização geográfica do município de Areia-PB

Fonte: *http://areia.pb.gov.br/index.php?pg=aspectos*

Localizada no alto da Serra da Borborema, a 618 metros acima do nível do mar (MIRANDA, 2007), Areia oferece uma ampla visão da região, aspecto importante na formação das representações sociais dos distintos agentes quando estes se utilizam do aspecto citado como reclamo turístico. Sua elevação incide sobre o clima, considerado agradável por não atingir altas temperaturas, apresentando uma variação entre 15ºC e 30º C. Durante o inverno a umidade toma conta da região, principalmente entre os meses de julho e agosto. Essa estação também traz consigo a nebulosidade, outro atrativo natural do município. Os estudos morfológicos sempre fazem referência às particularidades de seu núcleo urbano, cujo traçado irregular é conformado pelo delinear de áreas relativamente planas. A localização da cidade permite ver seu entorno acidentado e sua vegetação esparsa e rasteira, uma vez que a "*implantação de Areia acompanha as curvas do relevo íngreme e os edifícios se posicionam no alto da serra e contornam a região repleta de acidentes geográficos*." (MORAES, 2008, p. 27)

Uma das particularidades de Areia que lhe dá significância única entre as cidades da região é exatamente a sua localização geográfica. Enquanto os demais municípios se formam nas proximidades dos rios, em áreas planas, Areia ocupa o topo da serra, ostentando uma visão pouco comum entre as demais cidades que são encontradas nos arredores. Essa premissa condiz com as argumentações de HARVEY (2006), quando afirma serem essas particularidades cruciais para a valorização das localidades. A importância atribuída a esses

aspectos geográficos, como a visão panorâmica, a umidade e as baixas temperaturas, é um dos pontos que denota as representações sociais dos agentes que participam da reconstrução de Areia, especialmente em se tratando de sua dimensão identitária e de estratégia para o incremento do turismo.

Foto 1: Localização geográfica do município de Areia-PB

Fonte: *http://areia.pb.gov.br/index.php?pg=aspectos*

Sob o ponto de vista histórico, Areia é reconhecida por alguns estudiosos, a exemplo de Horácio de Almeida, como um município de grande expressividade enquanto pólo econômico do brejo paraibano no século XIX, inicialmente com o cultivo do algodão, principal cultura agrícola da região no momento analisado. Na cidade tanto havia o beneficiamento quanto a distribuição do produto para as demais localidades do brejo. Sua relevância econômica deu os contornos necessários para a sua ascensão política, chegando o governo do Estado a ser exercido por alguns areienses no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a exemplo de Álvaro Machado (1892/1896 e 1904/1905), Walfredo Leal (1905/1908) e José Américo (1951/1956).